

A TRIBUNA

ÓRGÃO DA ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS — S. PAULO

Redação e Administração: Avenida Francisco Glicério, 957 — 8.º andar — Conj. 81 — A-B-C — Fone 9-5166

219. Celso Maria Mello Pupo
R. Barreto Leme, 2449
CAMPINAS — S. P.

ANO LX

CAMPINAS — 28 de Setembro de 1968

N.os 3.403/3.404

Introdução

A Igreja latino-americana, reunida na II Conferência Geral de seu Episcopado, situou no centro de sua atenção o homem deste Continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico.

Assim sendo, não se acha "desviada", mas "voltou-se para" o homem, consciente de que "para conhecer Deus é necessário conhecer o homem". Pois Cristo é aquele em que se manifesta o mistério do homem; buscou a Igreja compreender este momento histórico do homem latino-americano à luz da Palavra, que é Cristo. Procurou ser iluminada por esta palavra para tomar consciência mais profunda da tarefa que lhe incumbe realizar neste momento.



O Papa Paulo VI, Sucessor do Apóstolo Pedro, liberou as Decisões de Medellín antes mesmo de as conhecer, em prova de confiança na maturidade do Episcopado Latino-Americano

Esta tomada de consciência do presente volta-se para o passado. Ao examiná-lo, vê com alegria a obra realizada com tanta generosidade: seria este o momento de exprimir o nosso reconhecimento a todos aqueles que traçaram os sulcos do Evangelho em nossas terras, aqueles que estiveram ativa e caritativamente presentes nas diversas raças, especialmente indígena, do Continente, aqueles que vêm prolongando a tarefa da Igreja em nossas cidades e em nossos campos. Reconhece, também que "nem sempre", ao longo de sua história, foram todos os seus membros, clérigos ou leigos, fiéis ao Espírito de Deus; ao olhar para o presente considera satisfeita

a dedicação de muitos de seus filhos e também a fragilidade de seus próprios mensageiros".

Acatando o juízo da história sobre estas luzes e sombras, quer assumir inteiramente a responsabilidade histórica que recai sobre ela no presente.

Não basta, certamente, refletir, conseguir mais clarividência e falar. É necessário agir. A hora atual não deixou de ser a hora da "palavra", mas, já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação. Chegou o momento de inventar com imaginação criadora a ação que cabe realizar e que, principalmente, terá que ser levada a cabo com a audácia do Espírito e o equilíbrio de Deus. Esta Assembléia foi convidada "a tomar decisões e a estabelecer projetos, somente com a condição de que estivessemos dispostos a executá-los como compromisso pessoal nosso mesmo à custa de sacrifícios".

A América Latina está evidentemente sob o signo da transformação e do desenvolvimento. Transformação que, além de produzir-se com uma rapidez extraordinária, chega a tocar e comover todos os níveis do homem, desde o econômico até o religioso.

Isto indica que estamos no limiar de uma nova época da história do nosso Continente. Época cheia de anelo de emancipação total, de libertação diante de qualquer servidão, de maturação pessoal e de integração coletiva. Percebemos aqui os prenúncios do parto doloroso de uma nova civilização. E não podemos deixar de interpretar este gigantesco esforço por uma rápida transformação e desenvolvimento como um evidente signo do Espírito que conduz a história dos homens e dos povos para sua vocação. Não podemos deixar de descobrir nesta vontade a cada dia mais tenaz de transformação, as pegadas da imagem de Deus no homem, como um poderoso dinamismo. Progressivamente, este dinamismo leva-o para o domínio cada vez maior da natureza, para uma mais profunda personalização e coesão fraterna e também para um encontro com Aquêle que ratifica, purifica e dá fundamento aos valores conquistados pelo esforço humano. O fato de que a transformação a que assiste nosso Continente alcance com seu impacto todos os níveis da existência, apresenta-se como um signo e uma exigência.

Nós, cristãos, não podemos, com efeito, deixar de apresentar a presença de Deus, que quer salvar o homem inteiro, alma e corpo. No dia definitivo da salvação Deus ressuscitará também nossos corpos, por cuja redenção geme agora por nós o Espírito com gemidos indescritíveis. Deus ressuscitou Cristo e, por conseguinte, todos os que creem nele. Através de Cristo, Ele está ativamente presente em nossa história e antecipa seu gesto escatológico não somente no desejo impaciente do homem para conseguir sua total redenção, mas também naquelas conquistas que, como signos indicadores, com voz cada vez mais poderosa, do futuro, vai conquistando o homem através de uma atividade realizada no amor.

Assim como outrora Israel, o antigo Povo, sentia a presença salvífica de Deus quando Este o liberava da opressão do Egito, quando o fazia atravessar o mar e o conduzia para a conquista da terra, assim também nós: novo Povo de Deus não podemos deixar de sentir seu passo que salva, quando se dá o "verdadeiro desenvolvimento, que é a passagem para cada um e para todos de condições de vida menos humanas para condições mais humanas. Menos humanas: as carências materiais dos que estão privados do mínimo vital e as carências morais dos que estão mutilados pelo egoísmo. Menos humanas: as estruturas opressoras que provêm do abuso do ter e do abuso do poder, das explorações dos trabalhadores ou da injustiça das transações. Mais humanas: o livrar-se da miséria pela posse do necessário, a vitória sobre as calamidades sociais, a ampliação dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Mais humana também: o aumento na consideração da dignidade dos demais, a orientação para o espírito de pobreza, a cooperação no bem comum, a vontade de paz. Mais humanas ainda: o reconhecimento, por parte do homem, dos valores supremos e de Deus, que deles é a fonte e o fim. Mais humanas, finalmente, e em especial, a fé, dom de Deus acolhido pela boa vontade dos homens e a unidade da caridade de Cristo, que nos chama a todos para participar, como filhos na vida de Deus vivo, Pai de todos os homens".

Nesta transformação, por trás da qual se anuncia o desejo de passar do conjunto de condições menos humanas para a totalidade de condições plenamente humanas e de integrar toda a escala de valores temporais na visão global da fé cristã, tomamos consciência da "vocação original" da América Latina: "vocação para unir em uma síntese nova e genial o antigo e o moderno, o espiritual e o temporal, o que outros nos entregaram e nossa própria originalidade".

Nesta Assembléia do Episcopado Latino-Americano renovou-se o mistério de Pentecostes. Em torno de Maria como Mãe da Igreja, que com seu patrocínio assistiu a este Continente desde sua primeira evangelização, imploramos as luzes do Espírito Santo e perseverando na oração, alimentamo-nos do pão da Palavra e da Eucaristia. Esta Palavra foi intensamente meditada.

Nossa reflexão encaminhou-se para a busca de formas de presença mais intensa e renovada da Igreja na atual transformação da América Latina.

Três grandes áreas sobre as quais recai nossa solicitude pastoral foram abordadas em sua relação ao processo de transformação do Continente.

Em primeiro lugar, a área de promoção do homem e dos povos do Continente para os valores da justiça, da paz, da educação e do amor conjugal.

Em seguida, nossa reflexão se dirigiu para os povos deste Continente e suas elites, que por estar em um processo de profunda mutação de suas condições de vida e de seus valores, requer uma ADAPTADA EVANGELIZAÇÃO E EDUCAÇÃO na fé, através da catequese e da liturgia.

Finalmente, abordamos os problemas relativos aos membros da Igreja, que devem intensificar sua UNIDADE E AÇÃO PASTORAL ATRAVÉS DE ESTRUTURAS VISÍVEIS, também adaptadas às novas condições do Continente.

As seguintes conclusões exprimem o fruto do trabalho realizado nesta Conferência.

Conferência Episcopal de Medellín

Devidamente convocada pelo Santo Padre Paulo VI e seriamente preparada pelo CELAM — Conselho Episcopal Latino-Americano — sediado em Bogotá, realizou-se em Medellín, na Colômbia, a II Conferência Geral do Episcopado da América Latina.

O histórico encontro dos Pastores da Igreja do Novo Mundo, contou com a presença do Santo Padre em sua sessão inaugural, antecipada para o dia 24 de agosto, durante o XXXIX.º Congresso Eucarístico Internacional. Ao fim deste, os quase 200 Bispos, representantes das várias Conferências Episcopais dos países latino-americanos, aos quais se uniram peritos, sacerdotes e leigos e observadores cristãos de confissões não católicas, viajaram para Medellín, no interior da Colômbia.

Cometendo injustiça que clama aos céus pela sua falta de objetividade, certo jornal da capital bandeirante, teve o desprate de afirmar que as decisões de Medellín transformavam a Igreja na América, em "partido político". Lidos, atentamente, os 16 documentos da Conferência Episcopal, a conclusão que se tira é completamente outra. A Hierarquia mostrou-se perfeitamente conhecedora da complexa situação social, política, econômica, moral e religiosa do Novo Mundo e, sem perder o exato rumo e sentido de sua missão eminentemente espiritual, adotou as soluções realistas, corajosas e adequadas que o momento estava a exigir. Em uma palavra, clamando por justiça, reafirmando o primado da caridade, rejeitando medidas basetadas na violência, mas exigindo reformas estruturais dentro e fora da própria Igreja, os nossos Bispos provaram que mereciam o gesto de confiança do Papa, permitindo a divulgação das conclusões, antes mesmo de as conhecer.

Escreveu-se, também, que depois do Concílio Ecumênico Vaticano II.º, a reunião de Medellín é o fato histórico mais importante da vida da Igreja nesta segunda metade do século XX. Estamos plenamente de acordo, depois da leitura dos 16 documentos. E acreditamos que haverá de chegar a idêntica conclusão todos que sobre eles se debruçarem. O futuro não distante demonstrará, até à evidência, a transcendental importância da Conferência Episcopal de Medellín, para a Igreja e para os Povos da América Latina.

É por estarmos plenamente convictos de tal fato, que nos sentimos no grato dever de oferecer a nossos milhares de leitores, o texto integral de quase todos os 16 documentos. Só Deus sabe quanto isso exigiu de nossa parte, dados os modestos recursos de nosso semanário. Cremos, pois, estar prestando um bom serviço à Igreja e aos nossos leitores.

Para finalizar, o importante agora é "aplicar o que foi aprovado em Medellín", conforme escreveu Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Teresina e Presidente do CELAM. Terminamos com o esclarecido e dinâmico Pastor: "Agora que terminou a Conferência, vão começar os estudos e planos em cada país para a implantação desses critérios pastorais, de tal modo que todos possam compreender que dependerá de todos e de cada um a eficácia plena de nossos bons propósitos de servir à causa do bem comum, em nosso continente". Estudo atento, docilidade generosa e ação de sentido apostólico, é o que a Igreja espera de todos, depois da Conferência de Medellín. Omitir-se será, mais uma vez, deixar passar um instante providencial para o presente e o futuro da Igreja em nossos países.

Ggo. Amaury Castanho

Aos Srs. Párocos e Dirigentes de Instituições Católicas

A Administração d'A TRIBUNA comunica aos Rev. mos. Srs. Párocos e Dirigentes de Instituições Católicas, como Colégios, Faculdades, etc., que dispõe de 1.000 exemplares desta edição do semanário. Assim procedemos, na certeza de que pela sua importância, haveria de interessar a muitos além de nossos assinantes.

Qualquer pedido desta edição especial d'A TRIBUNA deverá ser feito à Administração, Av. Francisco Glicério, 957, 8.º andar, conjunto 81 ou pelo fone 9-5166.

Cada exemplar fica em NCr\$ 0,30 podendo ser colocado à venda a NCr\$ 0,40. Apenas receba os pedidos, a Administração providenciará a remessa do semanário.

Justiça

I — FATOS

Existem muitos estudos sobre a situação do homem latino-americano. O documento de trabalho preparado para esta II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, não será certamente o último. Em todos eles se descreve a miséria que marginaliza grandes grupos humanos em nossos povos. Essa miséria, como fato coletivo, se qualifica de injustiça que clama aos céus. Entretanto, o que talvez não se disse suficientemente é que os esforços que foram feitos, em geral, não foram capazes de assegurar que a justiça seja respeitada e realizada em todos os setores das respectivas comunidades nacionais. As famílias, muitas vezes, não encontram possibilidades concretas de educação para seus filhos; a juventude reclama seu direito de entrar para as Universidades ou centros superiores de aperfeiçoamento intelectual ou técnico-profissional; o mulher a igualdade de direito e de fato com o homem; os camponeses melhores condições de vida; os produtores melhores preços e segurança na comercialização; a crescente classe média sente-se atingida pela falta de perspectivas. Iniciou-se um êxodo de profissionais e técnicos aos países mais desenvolvidos; os pequenos artesãos e industriais da América Latina são pressionados por interesses maiores e não poucos grandes industriais vão passando progressivamente a depender das grandes empresas internacionais. Não podemos ignorar o fenômeno desta quase frustração universal de legítimas aspirações, que cria o clima de angústia coletiva que já estamos vivendo. A falta de integração sócio-cultural, na maioria de nossos países, deu origem à superposição de culturas. No econômico implantaram-se sistemas que interessam somente aos setores com alto poder aquisitivo. Esta falta de adaptação à idiosincrasia e às possibilidades de nossa população, originam, por sua vez, uma frequente instabilidade política e a consolidação de instituições puramente formais. A tudo isto deve-se acrescentar a falta de solidariedade, que provoca no campo individual e social, verdadeiros pecados cuja cristalização aparece evidente nas estruturas injustas que caracterizam a situação da América Latina.

II — FUNDAMENTAÇÃO DOUTRINÁRIA

A Igreja latino-americana tem uma mensagem para todos os homens que, neste continente têm "fome e sede de justiça". O mesmo Deus que criou o homem à sua imagem e semelhança, criou a "terra e tudo o que nela existe para uso de todos os homens, e de todos os povos, de modo que os bens criados possam chegar a todos de maneira mais justa", (GS, 69) e dá poder ao homem para que solidariamente transforme e aperfeiçoe o mundo. (Gen. 1, 29). E' o mesmo Deus que, na plenitude dos tempos envia seu Filho para que feito carne, venha a libertar todos os homens, de todas as escravidões a que o pecado os prende; a fome, a miséria, a opressão e a ignorância, numa palavra, a injustiça que têm sua origem no egoísmo humano. (Jn. 8, 32, 34). Por isso, para nossa verdadeira libertação, todos os homens necessitam uma profunda conversão para que nos chegue o "reino de justiça, de amor e de paz". A origem de todo desprezo ao homem, de toda injustiça, deve ser procurada no desequilíbrio interior da liberdade humana, que necessita sempre, na história, um permanente esforço de retificação. A originalidade da mensagem cristã não consiste tanto na afirmação da necessidade de uma mudança de estruturas, quanto na insistência que devemos ter na conversão do homem. Não teremos um Con-

tinente novo, sem novas e renovadas estruturas, mas sobretudo, não haverá Continente novo sem homens novos, que à luz do Evangelho saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis. Somente a luz de Cristo esclarece o mistério do homem. Baixo essa luz toda a História do Salvação é uma ação de promoção e de libertação humana que tem como único objeto o amor. O homem é "criado em Cristo Jesus" feito Nêle "criatura nova" (2 Cor. 5, 17). Pela fé e pelo batismo, o homem é transformado, cheio do Dom do Espírito, com um dinamismo novo, nada de egoísmo, mas de amor que o leva a buscar uma nova relação mais profunda com Deus, com os homens seus irmãos e com as coisas. O amor, "a lei fundamental da perfeição humana, e portanto, da transformação do mundo" (G. S. 32) não é somente o mandamento supremo do Senhor, é também o dinamismo que deve mover aos cristãos a realizar a Justiça no mundo, tendo como fundamento a verdade e como sinal a liberdade. Assim é como a Igreja quer servir ao mundo, irradiando sobre ele uma luz e uma vida que cura e eleva a dignidade da pessoa humana (G. S. 41), consolida a unidade da sociedade (G. S. 42) e dá um sentido e um significado mais profundo a toda a atividade dos homens. Certamente, para a Igreja, a plenitude e a perfeição da vocação humana se alcança com a inserção definitiva de cada homem na Páscoa ou Triunfo de Cristo, porém a esperança de tal realização definitiva antes de adormecer, deve "avivar a preocupação de aperfeiçoar esta terra onde cresce o corpo da nova família humana, o qual pode de alguma maneira antecipar a visão do novo século". Não confundimos progresso temporal e Reino de Cristo; entretanto, o primeiro, "enquanto pode contribuir a ordenar melhor a sociedade humana, interessa em grande medida o Reino de Deus. G. S. 39). A busca cristã da justiça é uma exigência do ensinamento bíblico. Todos os homens, somos apenas humildes administradores dos bens. Na busca da Salvação devemos evitar o dualismo que separa as tarefas temporais da santificação. Mesmo que estejamos rodeados de imperfeições, somos homens de esperança. Cremos que o amor a Cristo e a nossos irmãos será não somente a grande força libertadora da injustiça e da opressão; mas a inspiradora da justiça social, entendida como concepção da vida e como impulso para o desenvolvimento integral de nossos povos.

III — PROJECÇÕES DA PASTORAL SOCIAL

Nossa missão pastoral é essencialmente um serviço de inspiração e de educação nas consciências dos crentes, para ajudar-lhes a perceber as exigências e responsabilidades de sua fé, na sua vida pessoal e em sua vida social. Sob essa perspectiva, esta II Conferência Episcopal quer evidenciar as mais importantes para os países de nosso Continente, tendo em conta o juízo de valor que, sobre a situação econômica e social do mundo de hoje, fizeram os últimos documentos do magistério da Igreja, e que no Continente Latino-Americano têm plena vigência.

1. ORIENTAÇÃO DA MUDANÇA SOCIAL

A Igreja Latino-americana considera que deve orientar para que a formação de comunidades nacionais, que refletem uma organização global de toda a população, porém especialmente das classes populares, tenham por meio de estruturas territoriais e funcionais, uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva, na construção de uma nova sociedade. Essas estruturas intermediárias entre a pessoa e o Estado devem ser organizadas livremente, sem uma in-

tervenção indevida ou de grupos dominantes, no seu desenvolvimento e na sua participação concreta na realização do bem comum total. Constituem o tecido vital da sociedade. São também a expressão real da liberdade e da solidariedade dos cidadãos.

A — A Família

Sem desconhecer o caráter insubstituível da Família, como grupo natural, consideramo-la aqui, como estrutura intermediária, enquanto que o conjunto de famílias deve tomar sua função no processo de transformação social. As famílias latino-americanas deverão organizar seu potencial econômico e cultural para que suas legítimas necessidades e aspirações sejam tomadas em conta, nos setores onde se tomam as decisões fundamentais, que podem promovê-las ou prejudicá-las. Deste modo, assumirão um papel representativo e de participação eficiente na vida da comunidade global. Ademais, a dinâmica que lhes cabem desencaixar no conjunto de famílias de cada país, é necessário que os governos estabeleçam uma legislação e uma sadia e atualizada política familiar.

B. A ORGANIZAÇÃO PROFSSIONAL

A II Conferência Episcopal Latino-Americana, se dirige a todos aqueles que,

conômicas. Ambos sistemas atentam contra a dignidade da pessoa humana; porque um tem como pressuposto a primazia do capital, seu poder e sua discriminatória utilização em função do lucro. O outro, embora ideologicamente defenda um humanismo, vislumbra melhor o homem coletivo e na prática se transforma numa concentração totalitária do poder do Estado. Devemos denunciar, que a América Latina se encontra fechada entre essas duas opções e permanece dependente dos centros de poder que canalizam sua economia.

Fazemos, por isso, um chamado urgente aos empresários, às suas organizações e às autoridades políticas, para que modifiquem radicalmente a valorização, as atitudes e as medidas com respeito à finalidade, organização e funcionamento das empresas. Merecem encorajamento todos aqueles empresários que individualmente ou através de suas organizações fazem esforços por inspirar as empresas dentro das orientações do magistério social da Igreja. Deles dependerá fundamentalmente a mudança social e econômica na América Latina, para uma economia verdadeiramente humana.

Por outro lado esta transformação será fundamental

Assim deverão exercer, igualmente, o direito de se fazerem representar política, social e economicamente, onde quer que sejam adotadas decisões relativas ao bem comum.

Simultaneamente, as organizações sindicais deverão lutar com todos os meios ao seu alcance para formar moral, econômica e sobretudo tecnicamente, aqueles que forem designados para o exercício dessas responsabilidades.

UNIDADE DE AÇÃO

A socialização compreendida como processo sócio-cultural de personalização e de solidariedade crescentes, nos induz a pensar que todos os setores da sociedade, mas, nesse caso, principalmente o setor econômico-social, deverão superar, pela justiça e fraternidade, os antagonismos, para se transformarem em agentes do desenvolvimento nacional e continental. Sem esta unidade, a América Latina não conseguirá se livrar do neo-colonialismo a que está submetida, nem, em consequência, realizar-se com liberdade, com suas características próprias, seja no campo cultural, sócio-político ou econômico.

TRANSFORMAÇÃO NO CAMPO

A II Conferência Episcopal não pretende deixar de expressar sua preocupação pas-

C — INDUSTRIALIZAÇÃO

Não há dúvida de que o processo de industrialização é irreversível e necessário à independência econômica e para que possamos nos integrar na moderna economia mundial. A industrialização será um fator decisivo à elevação dos níveis de vida de nossos povos e para que se possa lhes proporcionar melhores condições para o desenvolvimento integral.

Para isso é indispensável que se revejam os planos e as macro-economias nacionais, observando-se a legítima autonomia de nossos países, as justas reivindicações das nações mais fracas e a almejada integração econômica do Continente, respeitando-se sempre os inalienáveis direitos das pessoas e das estruturas intermediárias como protagonistas deste processo.

2 A REFORMA POLÍTICA

Face à necessidade de uma transformação global nas estruturas latino-americanas, julgamos que esta transformação tem como requisito a reforma política.

O exercício da autoridade política e suas decisões tem como única finalidade o bem comum. Na América Latina tal exercício e decisões frequentemente aparecem favorecendo sistemas que atentam contra o bem comum ou favorecendo grupos privilegiados.

A autoridade deverá assegurar eficaz e permanentemente, através de normas jurídicas, os direitos e liberdades inalienáveis dos cidadãos e o livre funcionamento das estruturas intermediárias.

A autoridade política tem a missão de proporcionar e fortalecer a criação de mecanismos de participação e de legítima representatividade da população, ou o estabelecimento de novas formas de participação do povo, se isso se tornar necessário.

Queremos insistir na necessidade de se vitalizar e se fortalecer a organização municipal e comunal, como ponto de partida para a vida departamental, provincial, regional e nacional.

A carência de uma consciência política em nossos países torna imprescindível a ação educadora da Igreja, a fim de possibilitar, aos cristãos, a facultade de considerarem sua participação na vida política da Nação como um dever de consciência e da caridade em seu sentido mais nobre e eficaz na vida da comunidade.

3. INFORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Desejamos afirmar que é indispensável a formação da consciência social e a percepção realista dos problemas da comunidade e das estruturas sociais. Devemos, em todos os meios e grupos profissionais, seja no que se refere ao diálogo e convivência comunitária dentro do mesmo grupo, seja no que se refere a suas relações com grupos sociais maiores (operários, camponeses, profissionais, etc.) (Conclui na pag. 8)



Sem Justiça entre Homens e Povos jamais haverá Paz

com o esforço diário, vão criando os bens e serviços que permitem a existência e o desenvolvimento da vida humana. Pensamos muito especialmente nos milhões de homens e mulheres latino-americanos, que formam o setor camponês e operário. Eles, na sua maioria, sofrem, esperam e se esforçam por uma mudança que humanize e dignifique seu trabalho. Sem desconhecer a totalidade do sentido humano do trabalho, aqui o consideramos como estrutura intermediária, enquanto constitui a função que dá origem à organização profissional no campo da produção.

C. EMPRESAS E ECONOMIA

No mundo de hoje, a produção encontra sua expressão concreta na empresa, tanto industrial como rural, que constitui uma base fundamental e dinâmica do processo econômico global. O sistema empresarial latino-americano, e através dele a economia atual, corresponde a uma concepção errada sobre o direito de propriedade dos meios de produção e sobre a finalidade mesma da economia. A empresa, numa economia verdadeiramente humana, não se identifica com os donos do capital, porque é fundamentalmente uma comunidade de pessoas e unidade de trabalho que necessita de capital para a produção de bens. Uma pessoa ou um grupo de pessoas não podem ser proprietários de um indivíduo, de uma sociedade ou do Estado. O sistema liberal capitalista e a tentação do sistema marxista, parecem que esgotaram no nosso Continente, as possibilidades de transformar as estruturas e-

para o desencadeamento do verdadeiro processo de desenvolvimento e integração latino-americano. Muitos de nossos trabalhadores, se bem venham adquirindo consciência da necessidade desta transformação, experimentam, simultaneamente, uma situação de dependência ante os sistemas e instituições econômicas inumanas, situação que, para muitos deles, significa escravidão não apenas física, mas profissional, cultural, cívica e espiritual.

Com a lucidez que surge do conhecimento do homem e de suas aspirações, devemos reafirmar que nem o montante dos capitais, nem a implantação das mais modernas técnicas de produção nem os planos econômicos serão eficazes para os trabalhadores e a serviço do homem se eles não tiverem a "unidade necessária de direção" e não estiverem incorporados, com todo o empenho de seu ser humano, mediante a "ativa participação de todos, na gestão da empresa, segundo formas estabelecidas com acerto (G.S. 68), assim como nos níveis da macroeconomia, decisivos no âmbito nacional e internacional".

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Por isso, na estrutura intermediária profissional, a organização sindical camponesa e operária deverá adquirir a força necessária a que os trabalhadores têm direito.

Suas associações deverão ter uma força de solidariedade e responsabilidade capaz de fazer valer o direito de sua representação e participação nos meios de produção e no comércio nacional, continental e internacional.

toral pelo amplo setor camponês, que embora mencionado em tudo o que já foi dito, requer, por suas características especiais no continente, uma atenção imediata.

Embora se deva considerar a diversidade de situações e recursos em países diferentes, não há dúvida de que existe um denominador comum em todas elas: a necessidade de uma promoção humana das populações camponesas e indígenas. Esta promoção não será viável se não for realizada uma autêntica e urgente reforma das estruturas e da política agrárias. Esta transformação estrutural e suas políticas correspondentes não podem se limitar a uma simples distribuição de terras. Torna-se necessário fazer um estudo profundo das mesmas, sob determinadas condições que legitimem sua ocupação e seu rendimento, tanto para as famílias camponesas como para sua contribuição à economia do país.

Isso exigirá, além dos aspectos jurídicos e técnicos, cuja responsabilidade não é de nossa competência, a organização dos camponeses em estruturas intermediárias eficazes, principalmente em forma de cooperativas e estímulo para a criação de centros urbanos nos meios rurais, que permitam o acesso da população camponesa aos bens de sua cultura, da saúde, desenvolvimento espiritual e de sua participação nas decisões locais e naquelas que incidam sobre a economia e a política nacional.

Esta elevação do meio rural contribuirá para o processo necessário de industrialização e para a participação da massa camponesa nas vantagens de uma civilização urbana.

VISITE SEMPRE
A
Di Lascio
Tudo para Homens,
Rapazes e Meninos
Largo do Rosário
— Campinas —

DR. HÉLIO FARAONE
CHINELLATO
CIRURGIÃO DENTISTA
R. Regente Feijó, 712
6.º and. - Cj. 63 - F. 21677
(Esquina da M. Sales)
CAMPINAS

Paz

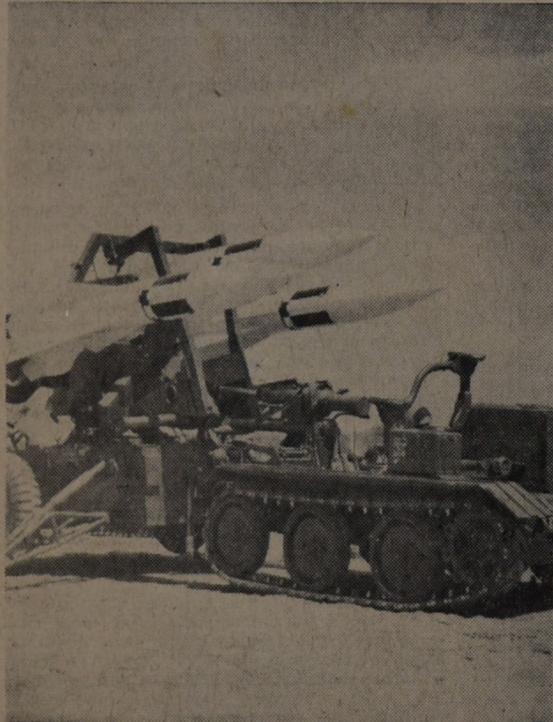
PRIMEIRA PARTE
A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA E A PAZ

"Se o desenvolvimento é o novo nome da paz", o subdesenvolvimento latino-americano, com características próprias dos diversos países, é uma injusta situação promotora de tensões que conspiram contra a paz".

Sistemizamos estas tensões em três grandes grupos, destacando em cada caso aquelas variáveis que, por exprimir uma situação de injustiça, constituem uma ameaça positiva contra a paz em nossos países.

Ao falar de uma situação de injustiça fazemos referência àquelas realidades que exprimem uma situação de pecado; isto não significa desconhecer que por vezes, a miséria em nossos países pode ter causas naturais difíceis de superar.

Ao realizar esta análise não ignoramos nem deixamos



Rearmamento e Imperialismo ameaçam Paz Universal

de valorizar os esforços positivos que se realizam em diferentes níveis para a construção de uma sociedade mais justa. Não os incluímos aqui porque nossa intenção é a de chamar a atenção, precisamente, para aqueles aspectos que constituem uma ameaça ou negação da paz.

I — TENSÕES ENTRE CLASSES E COLONIALISMO INTERNO

1) *As diversas formas de marginalidade:* sócio-econômicas, político-culturais, raciais, religiosas, tanto nas zonas urbanas como nas rurais.

2) *Desigualdades excessivas entre as classes sociais:* especialmente, embora não sob forma exclusiva, naqueles países que se caracterizam por um acentuado bichlismo: poucos têm muito (cultura, riqueza, poder, prestígio) enquanto muitos têm pouco. O Santo Padre descreve esta realidade ao dirigir-se aos camponeses colombianos: "Que o desenvolvimento econômico e social foi desigual no grande continente da América Latina e enquanto favoreceu aqueles que o promoveram no princípio, descuidou da massa das populações nativas, quase sempre abandonadas a um ignóbil nível de vida e por vezes tratadas e exploradas duramente" (Em Mosquera, agosto 23/68).

3) *Frustrações crescentes:* o fenômeno universal das expectativas crescentes assume na América Latina uma dimensão particularmente agressiva. A razão é óbvia: as desigualdades excessivas impedem sistematicamente a satisfação das legítimas aspirações dos setores postergados. Degeneram assim em frustrações crescentes.

Semelhante estado de espírito constata-se também nas classes médias que, diante de graves crises, entram em um processo de desintegração e proletarianização.

4) *Formas de opressão de grupos e setores dominantes:* sem excluir uma eventual vontade de opressão elas se exprimem frequentemente em uma insensibilidade lamentável dos setores mais favorecidos perante a miséria dos setores marginalizados. Daí as palavras do Papa aos dirigentes: "Que vosso ouvido e vosso coração sejam sensíveis às vozes daqueles que pedem paz, interesse, justiça..." (celebração eucarística no Dia do Desenvolvimento no Congresso de Bogotá).

Não é raro comprovar que estes grupos ou setores, com exceção de algumas minorias lúcidas, qualifiquem de ação subversiva toda tentativa de modificar um sistema social que favorece a permanência de seus privilégios.

5) *Poder exercido injustamente por certos setores dominantes:* como uma consequência normal das atitudes mencionadas, alguns membros dos setores dominantes recorrem, por vezes, ao uso da força para reprimir drasticamente toda tentativa de renovação. Será muito fácil para eles encontrar aparentes justificativas ideológicas (anticomunismo) ou práticas (conservação da "ordem") para coonestar este procedimento.

6) *Crescente tomada de consciência dos setores oprimidos:* tudo o que procede torna-se cada vez mais intolerável diante da progressiva tomada de consciência que os setores oprimidos fazem de sua situação. A eles se referia o Santo Padre quando dizia aos camponeses: "Mas hoje o problema se agravou porque tomastes consciência de vossas necessidades e de vossos sofrimentos e não podeis tolerar que estas condições perdurem sem apresentar-lhes solícito remédio" (Em Mosquera, idem). A visão estática escrita nos parágrafos precedentes agrava-se quando se projeta para o futuro: a educação de base — a alfabetização — aumentará a tomada de consciência e a explosão demográfica multiplicará os problemas e tensões. Não se deve esquecer, tampouco, a existência de movimentos de todo tipo interessados, cada vez mais, em aproveitar e exacerbar estas tensões. Portanto, se hoje a paz se vê já seriamente ameaçada, o agravamento automático dos problemas provocará consequências explosivas.

II — TENSÕES INTERNACIONAIS E NEOCOLONIALISMO EXTERNO

Referindo-se aqui, particularmente, às consequências que traz para nossos países sua dependência de um centro de

poder econômico em torno do qual gravitam. Daí resulta que nossas nações, com frequência, não são donas de seus bens e de suas decisões econômicas. Como é óbvio, isto não deixa de ter sua incidência no plano político, dada a interdependência que existe entre os dois campos.

Para nós interessa assinalar especialmente dois aspectos deste fenômeno:

a) **ASPECTO ECONÔMICO** — Analisamos somente aqueles fatores que mais influem no empobrecimento global e relativo de nossos países, constituindo por isso mesmo uma fonte de tensões internas e externas.

1) *Distorção crescente do comércio internacional* — Por causa da depreciação relativa dos termos de troca, as matérias primas valem cada vez menos em relação ao custo dos produtos manufaturados. Isso significa que os países produtores de matérias primas — sobretudo em se tratando de monoprodutores — permanecem sempre pobres, enquanto os países industrializados enriquecem cada vez mais. Esta injustiça denunciada claramente pela "Populorum Progressio" (56-61) anula o eventual efeito positivo das ajudas externas: constitui, além disso, uma ameaça permanente para a paz, na medida em que nossos países percebiam que "uma mão tira deles o que outra lhes dá".

2) *Fuga de capitais econômicos e humanos* — A busca de segurança e o critério do lucro individual leva a muitos membros dos setores abastados de nossos países a inverter seus lucros no estrangeiro. A injustiça desse procedimento já foi denunciada categoricamente pela "Populorum Progressio" (24). A isso se acrescenta a fuga de técnicos e pessoal competente, fato tanto ou mais grave quanto a fuga de capitais pelo fato de sua formação e o valor multiplicador de sua ação.

3) *Evasão de impostos e fuga de lucros e dividendos* — Diversas companhias estrangeiras que atuam em nossos meios (também algumas nacionais) costumam burlar com sutis subterfúgios os sistemas tributários vigentes. Constatamos também que por vezes enviam ao estrangeiro os lucros e os dividendos sem contribuir com adequadas reinversões no progressivo desenvolvimento de nossos países.

4) *Endividamento progressivo* — Não é raro constatar que, no sistema de créditos internacionais, nem sempre são levadas em conta as verdadeiras necessidades e possibilidades de nossos países. Corremos assim o risco de afundarmo-nos em dívidas, cuja satisfação absorve a maior parte de nossos lucros (PP. 54).

5) *Monopólios internacionais e o imperialismo internacional do dinheiro.*

Como eles queremos sublinhar que os principais culpados da dependência econômica de nossos países são aquelas forças que, inspiradas no lucro sem freios, conduzem à ditadura econômica e ao "imperialismo internacional do dinheiro" condenado por Pio XI na G. A. e por Paulo VI na Populorum Progressio.

b) **Aspecto político** — Denunciamos aqui o imperialismo de qualquer matiz ideológico, que se exerce na América Latina, em forma indireta e até com intervenções diretas.

III — TENSÕES ENTRE OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Denunciamos aqui um fenômeno especial de origem histórico-político, que perturba as relações cordiais entre alguns países e levanta obstáculos a uma colaboração realmente construtiva: sem dúvida, o processo de integração apresenta-se como uma necessidade imperiosa para a América Latina. Sem pretender ditar normas sobre os aspectos técnicos realmente complexos, desta necessidade, julgamos oportuno destacar seu caráter pluridimensional. A integração, com efeito, não é um processo exclusivamente econômico, apresenta-se antes com amplas dimensões, que consideram o homem total, considerado em sua inteireza: social, política, cultural, religiosa, racial, etc.

Entre os fatores que favorecem as tensões entre os nossos países, salientamos:

1) *Um nacionalismo exacerbado em alguns países* — Já a "Populorum Progressio" (62) denunciou o que tem de nocivo esta atitude, precisamente onde a fraqueza das economias das nações exige que se realize uma cooperação de esforços, de conhecimentos, de meios financeiros, etc.

2) *Armamentismo* — Em determinados países, verifica-se uma corrida armamentista que supera o limite do razoável. Trata-se, muitas vezes, de uma necessidade da comunidade nacional. A propósito, uma frase de "Populorum Progressio" é particularmente pertinente: "Quando tantos povos têm fome, quando tantos lares sofrem miséria, quando tantos homens vivem submersos na ignorância, toda corrida armamentista torna-se um escândalo intolerável".

SEGUNDA PARTE

A realidade descrita constitui uma negação da paz, tal como a entende a tradição cristã.

Três notas caracterizam a concepção cristã da paz:

1 — A paz é, antes de mais nada, obra da justiça (G. S. 73). Ela supõe e exige a instauração de uma ordem justa (P. T. 167; P.P. 76) na qual todos os homens possam realizar-se como homens, na qual sua dignidade seja respeitada, suas legítimas aspirações satisfeitas, seu acesso à verdade reconhecido e sua liberdade pessoal garantida. Uma ordem na qual os homens não sejam objeto mas sim agentes de sua própria vitória. Portanto, onde existem injustiça, desigualdade entre os homens e as nações, atenta-se contra a paz (Mensagem de Paulo VI, 1-1, 1968).

A paz na América Latina, não é, portanto, a simples ausência de violências e de derramamento de sangue. A opressão exercida pelos grupos de poder pode dar a impressão de que a paz e a ordem estão sendo mantidas, mas na realidade, não se trata senão de "germe contínuo e inevitável de rebeliões e guerras" (mensagem de Paulo VI, 1-1, 1968).

Não se consegue a paz senão criando uma ordem nova que "comporte uma justiça mais perfeita entre os homens" (P. P. 76). Nesse sentido, o desenvolvimento integral do homem, a passagem de condições menos humanas para condições mais humanas é o nome novo da paz.

2 — A paz é, em segundo lugar, uma tarefa permanente. (G. S. 78). A comunidade humana realiza-se no tempo e está sujeita a um movimento que implica constantemente em mudanças de estrutura, transformações de atitudes, conversão de corações.

A "tranquilidade da ordem", segundo a definição agostiniana da paz, não é, portanto, passividade nem conformismo. Não é, também, algo que se adquira de uma vez por todas, é o resultado de um contínuo esforço de adaptação às novas circunstâncias, às exigências e desafios de uma história em transformação. Uma paz estática e aparente deve ser alcançada com o emprego da força; uma paz autêntica implica luta, capacidade inventiva, conquista permanente (Cf. Paulo VI, mensagem de Natal, 1967).

A paz não se encontra, ela se constrói. O cristão é um artesão da paz (Mt. 5, 9): Esta tarefa, dada a situação descrita acima, reveste-se de um caráter especial, em nosso Continente; para ela, o povo de Deus na América Latina, seguindo

do exemplo de Cristo, deverá enfrentar com audácia e valentia o egoísmo, a injustiça pessoal e a coletiva.

3 — A paz é, finalmente, fruto do amor (GS, 78), expressão de uma real fraternidade entre os homens. Fraternidade apontada por Cristo, príncipe da paz, ao reconciliar todos os homens com o Pai. A solidariedade humana não pode ser realizada senão em Cristo, que dá a paz que o mundo não pode dar. (CF, JN, 14-27). O amor é a alma da justiça. O cristão que trabalha pela justiça social deve cultivar sempre a paz e o amor em seu coração.

A paz com Deus é o fundamento último da paz interior e da paz social. Da mesma forma, onde a paz social não existe; onde há injustas desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, rejeita-se a paz do Senhor; mais ainda, rejeita-se o próprio Senhor. (MT, 25, 31 - 46).

O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

A violência constitui um dos problemas mais graves da América Latina. Não se pode abandonar aos impulsos da emoção e da paixão uma decisão da qual depende todo o futuro dos países do Continente. Faltaríamos a um grave dever pastoral se não recordássemos neste dramático dilema, os critérios que derivam da doutrina cristã do amor evangélico.

Ninguém se surpreenderá se reafirmarmos firmemente nossa fé na fecundidade da paz. Esse é nosso ideal cristão. "A violência não é nem cristã nem evangélica" (discurso de Paulo VI em Bogotá, na celebração eucarística do dia 28 de agosto de 1968). O cristianismo é pacífico e não se envergonha disso. Não é simplesmente pacifista, porque é capaz de lutar (ver mensagem de Paulo VI de 1.º de janeiro de 1968). Mas prefere a paz à guerra. Sabe que "as modificações violentas das estruturas seriam falhas, ineficazes em si próprias, e certamente em desacordo com a dignidade do povo, o qual exige que as transformações necessárias se realizem de dentro, isto é, mediante uma conveniente tomada de consciência, uma adequada preparação e essa efetiva participação de todos. A ignorância e as condições de vida, por vezes sub-humanas, impedem hoje que seja assegurada". (Discurso de Paulo VI em Bogotá, na celebração eucarística do Dia do Desenvolvimento 28 de agosto de 1968).

Se o cristão acredita na fecundidade da paz como meio de chegar à Justiça é uma condição intelectual para a paz. Não deixa de ver que a América Latina se acha, em muitas partes, em face de uma situação de injustiça que pode ser chamada de violência institucionalizada, porque as atuais estruturas violam os direitos fundamentais, situação que exige transformações globais, audaciosas, urgentes e profundamente renovadoras. Não é de se estranhar, portanto, que nasça na América Latina "a tentação da violência" (P. P. 30). Não se deve abusar da paciência de um povo que suporta durante anos uma condição que dificilmente os que têm maior consciência dos direitos humanos suportariam.

Em face de uma situação que atenta tão gravemente contra a dignidade do homem e portanto, contra a paz, dirigimo-nos, como pastores, a todos os membros do povo cristão, para que assumam sua grave responsabilidade na promoção da paz na América Latina.

Desejariamos dirigir nosso apelo, em primeiro lugar, aos que têm uma maior participação na riqueza, na cultura ou no poder. Sabemos que existem na América Latina, dirigentes que são sensíveis às necessidades e procuram remédias. Reconhecem eles que os privilegiados, em seu conjunto, exercem muitas vezes pressão sobre os governantes, impedindo as mudanças necessárias. Em algumas ocasiões, esta resistência chega a adotar formas drásticas, com destruição de vidas e de bens.

Fazemos portanto um apelo urgente a fim de que a posição pacífica da Igreja não seja invocada para a oposição, passiva ou ativa, as transformações profundas que são necessárias. Se alguns mantêm zelosamente seus privilégios e sobretudo, se os defendem com o emprego de meios violentos, tornam-se responsáveis, perante a história, de provocar as "revoluções explosivas do desespero" (Discurso de Paulo VI, em Bogotá, na celebração eucarística do Dia do Desenvolvimento, 28 de agosto de 1968). De sua atitude depende, portanto, em grande parte, o pacífico porvir dos países da América Latina.

São também responsáveis pela injustiça todos os que não agem em favor da justiça na medida dos meios de que dispõem, e ficam passivos por temerem os sacrifícios e riscos pessoais que implica toda ação audaciosa e realmente eficaz. A justiça e consequentemente a paz conquista-se por uma ação dinâmica de conscientização e de organização dos setores populares, capaz de pressionar os poderes públicos, muitas vezes impotentes nas suas realizações sociais e no interesse popular. Finalmente, nos dirigimos aos que, diante da gravidade da injustiça e da reação ilegítima às mudanças, colocam suas esperanças na violência. Reconhecemos que sua atitude, como diz Paulo VI, "tem frequentemente sua última motivação em nobres impulsos da justiça e solidariedade". (Discurso de Paulo VI, em Bogotá, celebração eucarística do Dia do Desenvolvimento, agosto 23 de 1968). Não falamos, aqui, do puro verbalismo que não implica em nenhuma responsabilidade pessoal e afasta as ações pacíficas e fecundas imediatamente realizáveis. É verdade que a insurreição revolucionária pode ser legítima no caso "de tirania evidente e prolongada que atinja gravemente aos direitos fundamentais da pes-

(Conclue na pág. 8)



Pregação do Ódio e Soluções Violentas são Anti-Evangélicas

Família e Demografia

Nesta tomada de consciência da Igreja a respeito de si mesma, enquanto inserida na realidade latino-americana, é indispensável a reflexão sobre a parte dessa realidade que é a família.

Esta reflexão não é fácil, por várias razões. Porque a idéia da família encarna-se em realidades sociológicas sumamente diversas. Porque a família tem sofrido, talvez mais que outras instituições, os impactos das mudanças e transformações sociais. Porque na América Latina a família sofre de modo especialmente grave as consequências "dos círculos viciosos" do subdesenvolvimento: más condições de vida e cultura, baixo nível de saúde, baixo poder aquisitivo etc., transformações que nem sempre se podem apreender adequadamente.

1. A FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

1) A família recebe, na América Latina, como também em outras partes do mundo, a influência de quatro fenômenos sociais fundamentais:

a) Passagem de uma sociedade rural a uma sociedade urbana, o que leva uma família de um tipo patriarcal a um novo tipo de família, de maior intimidade, com melhor distribuição de responsabilidades e maior dependência de outras micro-sociedades.

b) O processo de desenvolvimento implica em abundantes riquezas para algumas famílias, insegurança para outras e marginalidade social para as restantes.

c) O rápido crescimento demográfico, que não deve ser tomado como a única variável demográfica e muito menos como a causa de todos os males da América Latina, engendra vários problemas tanto de ordem sócio-econômica como de ordem ética e religiosa.

d) O processo de socialização que subtrai à família alguns aspectos de sua importância social e de suas zonas de influência, deixa intacto seus valores essenciais e sua condição de instituição básica da sociedade global.

2) Estes fenômenos produzem na família concreta da América Latina algumas repercussões que se traduzem em problemas de certa gravidade. Na impossibilidade de catalogá-los todos, apontamos os que parecem de maior transcendência, incidência mais frequente ou maior repercussão sócio-pastoral.

a) Baixíssimo índice de casamento. A América Latina registra os mais baixos índices de casamentos em relação à sua população. Isto indica uma alta porcentagem de uniões ilegais, provisórias e quase sem estabilidade, com todas as consequências que derivam de tal situação.

b) A alta porcentagem de nascimentos ilegítimos e de uniões ocasionais é um fator que pesa fortemente sobre a explosão demográfica.

c) Crescente e alto índice de desagregação familiar, seja pelo divórcio tão facilmente aceito e legalizado em não poucas regiões, seja por abandono do lar (quase sempre por parte do pai) seja pelas desordens sexuais nascidas de uma falsa noção de masculinidade.

d) Acentuação do erotismo como resultante da asfixiante propaganda propiciada pela civilização de consumo.

e) Desproporção salarial em relação com as condições reais e vigência da incorreta política salarial em relação com as condições reais da família.

f) Má distribuição dos bens de consumo e de civilização, como alimentação, vestuário, trabalho, meios de comunicação, descanso, diversões, cultura etc.

g) Impossibilidade material e moral de muitos jovens que desejam constituir dignamente uma família, o que provoca o surgimento de muitas células familiares deterioradas.

Nosso dever pastoral é fazer um ardente apelo aos que governam e a todos os que possuem alguma responsabilidade a respeito, para que dêem à família o lugar que lhe corresponde na construção de uma comunidade temporal digna do homem, ajudando-a a superar os graves males que a afligem e impedem sua plena realização.

II — PAPEL DA FAMÍLIA NA AMÉRICA LATINA

"Um fato mostra bem o vigor e a solidez da instituição familiar: as profundas transformações da sociedade contemporânea, apesar das dificuldades disso resultantes, com muitíssima frequência manifestam, de várias formas, a verdadeira natureza de tal instituição" (G. et S. N. 47).

É portanto necessário ter em conta os valores fundamentais que a doutrina da Igreja atribui à família cristã para que a ação pastoral leve as famílias latino-americanas a conservar ou a adquirir os valores que a capacitem a cumprir sua missão.

Entre eles, dentro das linhas de reflexão desta Conferência, queremos assinalar três especificamente: a família formadora de pessoas, educadora na fé, promotora do desenvolvimento.

1 — Formadora de Pessoas
Esta missão de ser célula primeira e vital da sociedade, a família a recebeu diretamente de Deus. (A. A. 11, 3)

"E", pois, dever dos pais, criar um ambiente de família animado pelo amor, pela pie-

dade para com Deus e para com os homens que promovem a educação integral, pessoal e social dos filhos".

"Permanece em cada homem a obrigação de conservar o essencial a toda pessoa humana, na qual sobressaem os valores da inteligência, da vontade, da consciência e da fraternidade. A família é o primeiro lugar, como fonte norteadora desta educação" (G. et S., 61).

Esta doutrina do Concílio Ecumênico Vaticano Segundo, nos faz pensar na urgência necessária dentro da qual a família deve cumprir sua missão de formar personalidades integrais. Para isso conta com muitos elementos.

Realmente a presença e influência dos modelos distintos e complementares do pai e da mãe (masculino e feminino), o vínculo do afeto mútuo, o clima de confiança, intimidade, respeito e liberdade, o quadro da vida social com uma hierarquia natural mas matizada por aquele clima, tudo converge para que a família se torne capaz de plasmar personalidades fortes e equilibradas para a sociedade.

2 — Educadora na fé
"Os esposos cristãos são para si mesmos, para seus filhos e demais familiares, cooperadores da graça e testemunhas da fé. São para seus filhos os primeiros pregadores e educadores na fé" (A. A. 11) e devem "inculcar a doutrina cristã e as virtudes evangélicas aos filhos amorosamente recebidos de Deus". (L. G. 41, 5). E realizar esta missão mediante a palavra e o exemplo" (L. G. 11) de tal maneira que "graças a seus pais que procederam com o exemplo e a oração na família, os filhos e ainda os demais que vivem no círculo familiar, encontrem mais facil-

filhos, sobretudo com o exemplo, a preocupação com as necessidades do próximo, tanto as materiais como as espirituais" (A. A. EE) e também, que "o bem estar da pessoa e da sociedade humana está ligado estreitamente a uma situação da comunidade conjugal e familiar" (G. et S. 47), pois é este um fator importantíssimo no desenvolvimento".

"Por isso todos os que têm influência nas comunidades e grupos sociais devem contribuir eficazmente para o progresso do matrimônio e da família" (G. et S. 52).

III — PROBLEMAS DE DEMOGRAFIA NA AMÉRICA LATINA

A questão demográfica em nosso continente reveste-se de uma complexidade e delicadeza peculiares: é certo que existe um rápido crescimento da população, devido menos ao índice de nascimento, que ao índice de mortalidade infantil, baixo mas ainda não satisfatório ao mesmo tempo que ao crescente índice de longevidade. Mas é certo, também, que a maioria de nossos países sofre de subpopulação e precisa de um aumento demográfico como fator de desenvolvimento; também é certo que as condições sócio-econômicas culturais, excessivamente baixas, se mostram adversas a um crescimento demográfico pronunciado.

Como pastores sensíveis aos problemas de nossa gente, fazendo nossas suas dores e angústias, julgamos necessário enunciar os seguintes pontos sobre esta matéria:

1. Todo enfoque unilateral, como toda solução simplista a respeito desses problemas, são incompletos e, portanto, equivocados. Aparece como particularmente daninha a adoção de uma política demográfica antina-

Encíclica é claro e inequívoco a respeito da exclusão dos meios artificiais para tornar voluntariamente infecundo o ato conjugal (H. V.).

b) Mas o próprio Santo Padre reafirmou, ao inaugurar esta Conferência: "Esta norma não constitui uma cega corrida para a superpopulação nem diminui a responsabilidade, nem a liberdade dos cônjuges, a quem não se proíbe uma honesta e razoável limitação da natalidade, nem se impede as terapêuticas legítimas nem o progresso das investigações científicas" (Discurso ao inaugurar a II Conferência Episcopal Latino-Americana).

c) A vida sacramental, sobretudo como caminho para uma progressiva maturidade humana e cristã do matrimônio, é um direito e, mais ainda, um dever, e corresponde a nós, pastores, facilitar esse caminho aos casais cristãos.

d) A ajuda mútua que os casais se proporcionam ao se reunirem apoiados por técnicos em ciências humanas e por sacerdotes imbuidos do espírito pastoral, pode ser inestimável aos que, apesar de suas dificuldades, procuram alcançar o ideal visado.

e) Formulamos o propósito, e procuramos cumpri-lo, no sentido de prestar "nosso serviço às almas que lutam com essas dificuldades, com o coração de bom pastor". (H. V. e discurso de abertura da II Conferência). Afirmamos nossa própria solidariedade aos casais que sofrem com o testemunho de nossa própria abnegação, pessoal ou coletivamente, na pobreza real, no celibato assumido com sinceridade e vivido com seriedade e alegria, na paciência e dedicação, aos homens, na obediência à palavra de Deus e, sobretudo, na caridade elevada até ao heroísmo.

IV — Recomendações para uma pastoral familiar.

Por vários fatores históricos, étnicos, sociológicos e até caracteriológicos, a instituição familiar sempre teve, na América Latina, uma importância global muito grande.

É certo que nas grandes cidades perde parte de sua importância. Nas áreas rurais, que formam ainda maior parte do Continente, apesar de todas as transformações externas, a família continua a desempenhar um papel primordial, seja no campo social, cultural, ético ou religioso.

Por isso e ainda maior por sua condição de formadora de pessoas, educadora na fé e promotora do desenvolvimento, mas também a fim de sanar todas as carências de que ela padece e que tem graves repercussões, julgamos necessário dar à pastoral familiar uma prioridade na planificação da pastoral de conjunto; sugerimos que esta seja planejada em diálogo com os casais que, por sua experiência humana e pelos carismas próprios do sacramento do matrimônio, podem auxiliar eficazmente em sua elaboração.

Esta pastoral familiar deve conter, entre outras coisas, as seguintes metas e orientações fundamentais:

1 — Procurar, desde os anos da adolescência, uma sólida educação para o amor que integre, ao mesmo tempo, a simples educação sexual, inculcando nos jovens de ambos os sexos, a sensibilidade e a consciência dos valores essenciais: amor, respeito, dom de si mesmo, etc.

2 — Difundir a idéia e facilitar, na prática, uma preparação para o casamento acessível a todos os que vão se casar e tão integral quanto seja possível: física, sociológica, jurídica, moral e espiritual.

3 — Elaborar e difundir uma espiritualidade matrimonial baseada simultaneamente numa clara visão do leigo no mundo, na Igreja e numa teologia do matrimônio como sacramento.

4 — Inculcar nos jovens em geral e sobretudo nos casais jovens a consciência e a convicção de uma paternidade realmente responsável (noção esta de primeiríssima importância neste Continente tão marcado pela praga dos nascimentos ilegítimos).

5 — Despertar nos esposos a necessidade do diálogo conjugal que os leve à unidade profunda e a um espírito de correspondência e colaboração.

6 — Facilitar o diálogo entre pais e filhos que ajude a superar, no seio da família, o conflito de gerações e torne o lar "um lugar onde se realize o encontro das gerações" (G. S.).

7 — Fazer com que a família seja verdadeiramente uma "igreja doméstica": comunidade de fé, de oração, de amor, de ação evangelizadora, escola de catequese, etc.

8 — Levar todas as famílias a uma generosa abertura para com outras famílias, inclusive de concepções cristãs diferentes; e sobretudo às famílias marginalizadas ou em processo de desintegração; abertura para com a sociedade, para com o mundo e para a vida da Igreja.

Queremos, finalmente, estimular os casais que se esforçam por viver a santidade conjugal e realizam o apostolado familiar, assim como os que, "de comum acordo, de forma bem ponderada, aceitam com magnitude uma prole mais numerosa para educá-la condignamente" (G. et S. 50).

Bem planejada e bem executada mediante os movimentos familiares, tão meritorios, ou mediante outras formas, a pastoral familiar contribuirá, certamente, para fazer de nossas famílias uma força viva (e não, como poderia acontecer, um peso morto) a serviço da construção da Igreja, do desenvolvimento e da realização das necessárias transformações em nosso Continente.



Família bem constituída, unida e fecunda preocupa Igreja Latino-Americana

mente o caminho do sentido humano, da salvação e da santidade".

Sabemos que muitas famílias da América Latina são incapazes de se tornarem educadoras na fé, ou por não estarem bem constituídas, ou por estarem desintegradas e, outras, ainda, porque vêm dando a esta educação um mero caráter tradicional, às vezes com aspectos místicos e supersticiosos. Daí a necessidade de se dotar a família atual de elementos que restituam sua capacidade evangelizadora, de acordo com a doutrina da Igreja.

3 — Promotora do desenvolvimento
"A família é a primeira escola das virtudes sociais necessárias às demais sociedades... E é nelas mesmas que os filhos recebem a primeira experiência de uma sã sociedade humana... E através dela que os filhos vão sendo introduzidos gradativamente na sociedade civil e na Igreja (Grav. Ed. 3).

Além disso, "a família é a escola do mais rico humanismo (G. et S. 52), e "o humanismo completo é o desenvolvimento integral".

Considerando que "na família convivem diversas gerações que se ajudam mutuamente para adquirir uma sabedoria mais completa e estabelecer os direitos das pessoas com as demais exigências da vida social, sabemos que ela constitui o fundamento da sociedade (G. et S. 2).

"Nela os filhos, num clima de amor, aprendem, juntos, com maior facilidade a reta hierarquia das coisas, ao mesmo tempo em que se imprime, de modo natural, na alma dos adolescentes, formas aprovadas de cultura, à medida que vão crescendo (G. et S. 61).

"Aos pais cabe preparar, no seio da família, seus filhos, para que eles conheçam o amor de Deus para todos os homens. Cabe-lhes também ensinar, gradualmente, a seus

talista que tende a suplantá-lo, substituir ou relegar ao esquecimento uma política de desenvolvimento mais exigente, mas a única aceitável. "Trata-se, com efeito, não de suprimir os comensais e sim de multiplicar os pais" (Paulo VI).

2. Neste sentido a Encíclica "HUMANAE VITAE", com o caráter social que nela ocupa lugar proeminente e que a coloca ao lado da "POPULORUM PROGRESSIO" tem para nosso Continente uma importância especial, pois ante nossos problemas e aspirações:

a) Acentua a necessidade imperiosa de sair ao encontro do desafio dos problemas demográficos com uma resposta integral e orientadora para o desenvolvimento.

b) Denuncia toda política fundada num controle indiscriminado da natalidade, isto é, a qualquer preço e de qualquer maneira, sobretudo quando este aparece como o preço da vida e do amor conjugal.

c) Converte um apelo e um estímulo à formação integral das pessoas mediante uma auto-educação dos casais, cujos elementos principais são: o autodomínio, a rejeição de soluções fáceis mas perigosas por serem alienantes e deformadoras, a necessidade da Graça de Deus para o cumprimento da lei, a fé como estimuladora da existência e um humanismo novo livre do erotismo da civilização burguesa etc.

3. A aplicação da Encíclica na parte a que se refere à ética conjugal, como o reconhece o próprio Papa: "aparecerá facilmente aos olhos de muitos como difícil e até impossível na prática" (n. 20).

Consciente dessas dificuldades e sentindo na alma as indagações e angústias de todos os nossos filhos e empenhados em oferecer nosso apoio a todos indistintamente, mas de modo particular aqueles que escutam a palavra do Papa e tratam de viver o ideal que ela propõe, indicamos os seguintes pontos:

a) O ensinamento do magistério na

Juventude

1 — SITUAÇÃO DA JUVENTUDE

1.1 — A juventude, tema "digno do máximo interesse e de grandiosa atualidade" (1) constitui hoje não somente o grupo mais numeroso da sociedade latino-americana, como também uma grande força nova de pressão. Ela se apresenta, em grande parte do continente, como um novo corpo social (com perigo de perda de relação com os outros corpos sociais), portador de idéias próprias e valores inerentes ao seu próprio dinamismo interno. Procura participar ativamente assumindo novas responsabilidades e funções, dentro da comunidade latino-americana.

Frequentemente, sua impossibilidade de participação na vida da sociedade, provoca na juventude uma certa marginalidade forçada.

1.2 — Vive numa época de crises e mudanças que são causas de conflito entre as diversas gerações (2). Conflitos que estão exigindo um sincero esforço de compreensão e diálogo, tanto da parte dos jovens como da parte dos adultos. Trata-se de uma crise que atinge todas as ordens, e ao mesmo tempo que produz um efeito purificante, também provoca, frequentemente, a negação dos grandes valores.

1.3 — Enquanto um setor da juventude aceita passivamente as normas burguesas da sociedade (deixando-se levar, às vezes, pelo indiferentismo religioso), outro rejeita com marcante radicalismo o mundo que seus pais construíram, por considerar seu estilo de vida carente de autenticidade: rejeita também uma sociedade de consumo que massifica e desumaniza o homem. Esta insatisfação cresce de mais em mais.

A juventude, particularmente sensível aos problemas sociais, reclama as mudanças profundas e rápidas que assegurem uma sociedade mais justa: exigência que constantemente sentem tentação de expressar por meio da violência (3). É um fato constatável que o excessivo idealismo dos jovens os coloca frequentemente sob a ação de grupos de diversas tendências extremistas.

1.4 — Os jovens não são mais sensíveis do que os adultos aos valores positivos do processo de secularização. Esforçam-se por construir um mundo mais comunitário, que vislumbra, talvez com mais clareza do que os adultos. Estão mais abertos a uma sociedade pluralista e a uma dimensão mais universal da fraternidade.

A atitude religiosa da juventude se caracteriza pelo desprezo de uma imagem desfigurada de Deus, que, às vezes, lhes tem sido apresentada, e pela busca de autênticos valores evangélicos.

1.5 — Frequentemente os jovens identificam a Igreja com os bispos e os sacerdotes. Por não terem sido chamados a uma plena participação na comunidade eclesial, não se consideram como integrantes da Igreja. A linguagem comum da transmissão da palavra, (pregação, documentos pastorais, etc.) resulta-lhes geralmente estranho e por isso não tem influência em suas vidas. Esperam dos pastores que não somente divulguem princípios doutrinários, mas que os provejam com atitudes e realizações concretas. Acontece o caso de jovens que condicionam a aceitação dos pastores à coerência de suas atitudes com a dimensão social do Evangelho: "... o mundo, disse Paulo VI, nos observa hoje de modo particular com relação à pobreza e à simplicidade de vida..." (5)

1.6 — A tendência a reunir-se em grupos ou comunidades juvenis, mostra-se cada vez mais forte dentro da dinâmica dos movimentos de juventude na América Latina. Os jovens rejeitam as organizações demasiado institucionalizadas, as estruturas superficiais e as formas de agrupamentos massificados. As comunidades juvenis acima referidas se caracterizam, geralmente, por serem grupos naturais (com dimensão humana) de reflexão evangélica e revisão de vida, em torno de um compromisso cristão ambiental.

1.7 — Sem desconhecer o significado das ações de massa entre os jovens o excessivo valor que a hierarquia atribui a seus resultados (resultados que muitas vezes é de importância numérica) dificulta a tarefa daqueles movimentos educativos e apostólicos que se esforçam por manter uma presença de fermento e irradiação.

1.8 — Os movimentos juvenis esperam da hierarquia da Igreja um maior apoio moral, quando se comprometem na aplicação concreta dos princípios da doutrina social enunciada pelos pastores.

1.9 — Em síntese: a juventude oferece inegavelmente um conjunto de valores, acompanhados, entretanto, de aspectos negativos. Cabe dizer em primeiro lugar, uma tendência à personalização, consciência de si mesmo, criatividade, que por contraste obriga a rejeitar os valores da tradição. Possuem um idealismo excessivo que os leva a desconhecer realidades inegáveis que terão de ser aceitas, e adotam um inconformismo radical, cujas manifestações características ocorrem em quase todos os países e que os impulsiona a pretender construir tudo de novo com negação absoluta do passado. Também é característica da juventude a espontaneidade que a leva a menosprezar nem sempre com razão as formas institucionais, as normas, a autoridade e o formalismo.

Finalmente apresenta um conjunto de valores no plano da relação comunitária, certas formas de responsabilidade e de sinceridade, uma aceitação dos outros tais como são e um franco reconhecimento do caráter pluralista da sociedade. Esta tendência comuni-

tária, por sua vez, os faz correr o perigo de fecharem-se em pequenos grupos agressivos.

2 — CRITÉRIOS BÁSICOS PARA UMA ORIENTAÇÃO PASTORAL

Antes de passar a considerar as atitudes concretas que se deverão adotar com relação à juventude, será oportuno oferecer a visão geral que a Igreja tem dela.

2.1 — A Igreja vê na juventude a constante renovação de vida da humanidade e descobre nela o sinal de si mesma: "a Igreja é a verdadeira juventude do mundo". (6)

a) Vê, portanto, na juventude o contínuo recomeço e a continuação da vida, ou seja uma forma de superação da juventude. Isto não tem somente um sentido biológico senão também sócio-cultural, psicológico e espiritual. Assim, diante das culturas que mostram sinais de velhice e caduque, a juventude está sendo chamada a levar uma revitalização; a manter a "fé na vida", a conservar sua "capacidade de alegrar-se com as coisas que começam" (6). Ela tem a tarefa de reintroduzir constantemente o "sentido da vida". Renovar as culturas e o espírito significa levar a manter vivos, novos sentidos da vida".

b) Na juventude, assim considerada, a Igreja descobre também um sinal de si mesma. Um sinal de sua fé, pois fé é a interpretação escatológica da existência, seu sentido pascal, e através dele, a "novidade que o Evangelho encerra. A fé, anunciando o novo sentido das coisas, é a renovação e rejuvenescimento da humanidade. Nesta perspectiva a Igreja convida aos jovens a "mergulhar nas luzes da fé" (6) e deste modo introduzir a fé no mundo para vencer as formas de morte espiritual, quer dizer "as filosofias do egoísmo, do prazer, do desespero e do nada" (6). Filosofias que implantam na cultura formas velhas e caducas. A juventude é um símbolo da Igreja, chamada a uma constante renovação de si mesma, ou seja a um constante "rejuvenescimento" (7).

3 — RECOMENDAÇÕES PASTORAIS

3.1 — A Igreja adotando uma atitude francamente acolhedora para com a juventude, terá de distinguir os aspectos positivos e negativos que se apresentam na atualidade. Por um lado quer prescrever atentamente as atitudes dos jovens que são manifestações dos sinais dos tempos, a juventude anuncia os valores que renovam as diversas épocas da história; quer aceitar com prazer em seu seio a juventude e levá-la a uma participação nas tarefas humanas e espirituais.

Por outro lado, coerente com a ânsia de sinceridade que demonstra a juventude, a Igreja terá de chamá-la a um constante aprofundamento de sua autenticidade e a uma auto-crítica de suas próprias deficiências, apresentando-lhe então os valores permanentes para que sejam reconhecidos por ela. Tudo isto demonstra a sincera vontade da Igreja de adotar uma atitude de diálogo com a juventude. Dentro desta linha pastoral a segunda Conferência do Episcopado Latino-americano, reconhecendo na juventude não somente sua força numérica, mas ainda seu papel cada vez mais decisivo no processo de transformação do Continente, assim como sua importância insubstituível na missão profética da Igreja, formula as seguintes recomendações:

3.2 — A) Com relação à juventude em geral.

1. Desenvolver, em todos os níveis nos setores urbanos e rural, dentro da pastoral de conjunto, uma autêntica pastoral da juventude. Esta pastoral terá de dirigir-se à educação da fé dos jovens, partindo de suas vidas, de modo que eles participem plenamente da comunidade eclesial, assumindo conscientemente e cristãmente seu compromisso temporal. Esta pastoral implica:

a) A necessidade de elaboração de uma pedagogia orgânica da juventude através da qual se estimule no jovem uma sólida formação humana e cristã e os esforços por criar-lhes uma autêntica personalidade. Personalidade que lhes capacite, por uma parte, assimilar com critério lúcido e verdadeira liberdade todos os elementos positivos das influências que recebem através dos diversos meios de comunicação social e lhes permita, por outra parte, fazer frente ao processo de despersonalização e massificação, que atinge de modo particular a juventude. Pedagogia que eduque também no sentido (valor e relatividade) do institucional.

b) A necessidade de um conhecimento da realidade sócio-religiosa, da juventude constantemente atualizado.

c) A necessidade de promover centros de investigação e estudos no que se refere à participação da juventude na solução dos problemas do desenvolvimento.

d) Esta pastoral exige, em particular, por parte dos ministros da Igreja, um diálogo sincero e permanente com a juventude, tanto de movimentos organizados, como de setores não organizados, através dos conselhos pastorais ou outras formas de diálogo.

3.4 II. — A atitude de diálogo implica responder aos legítimos e veementes reclamos pastorais da juventude, no que há de reconhecer o chamado de Deus. Por isso esta Segunda Conferência recomenda:

a) Que se apresente cada vez mais nitidamente na América Latina a face da Igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, desligada de todo poder temporal e ousadamente



Igreja aponta rumos certos para Juventude Latino-Americana

comprometida com a libertação de todo o homem e de todos os homens.

b) Que a pregação, os documentos pastorais, e em geral a linguagem da Igreja seja simples e atual, tendo em conta a vida real dos homens de nosso tempo.

c) Que se viva na Igreja em todos os níveis com caráter de serviço, com sentido de autoridade, isento de autoritarismo.

3.5 III — Procurar que todos os centros educacionais da Igreja e aqueles outros, onde ela deve realizar sua presença se capacite os jovens, através de uma autêntica orientação vocacional, que tenha em conta os diferentes estados de vida, para assumir sua responsabilidade social como cristãos no processo de mudanças na América Latina.

3.6 B) Com relação aos movimentos juvenis.

I — Que se tenha muito em conta a importância das organizações e movimentos católicos de juventude, em particular aqueles de caráter nacional e continental.

Que sejam consultados com maior confiança, os dirigentes leigos e se reconheça a autonomia própria dos movimentos seculares.

Que sejam consultados os dirigentes leigos na elaboração da pastoral juvenil, a nível diocesano, nacional e continental.

Que se estimule sua ação evangelizadora na transformação das pessoas e das estruturas.

Que se favoreçam seus esforços no sentido da formação de líderes da comunidade. Que se faça distribuir mais racionalmente os sacerdotes para que haja uma maior atenção para os movimentos juvenis.

Que se dê à formação de assessores de juventude (sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos) a importância que têm num continente com uma maioria de jovens em sua população.

3.7 II — Que se favoreça em todos os níveis o encontro, o intercâmbio e a ação em comum dos movimentos e organizações juvenis católicas com outras instituições de juventude.

III — Que se aumentem as iniciativas de caráter ecumênico, entre os grupos e organizações de juventude, segundo as orientações da Igreja.

IV — Que se considere a possibilidade e a conveniência de contar com a colaboração de seculares, e entre eles de jovens, na qualidade de consultores, nos diversos departamentos do CELAM.

NOTA: A Comissão analisou de maneira sumária a situação atual da juventude Latino-Americana, com excessão ao que se refere ao setor universitário, estudo solicitado especialmente da comissão de "Pastoral das Elites".

Conclusões do CELAM Deverão ser Aplicadas com Urgência

LIMA (FP) — As conclusões da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada recentemente em Medellín, serão aplicadas o mais breve possível, anunciou o Cardeal peruano Juan Landazuri que presidiu este encontro.

Após afirmar que essas conclusões se revestem de uma importância evidente o Primaz considerou que as mais transcendentes são as que se referem ao analfabetismo e à pobreza latino-americana.

Declarando que outras das principais conclusões da Conferência trata da integração econômica, Landazuri afirmou que a Igreja deve velar pelo bem do homem total.

Para isso, acrescentou, é indispensável a elevação do nível de vida das classes menos favoreci-

das pela fortuna e o fomento da cultura, em todos os níveis.

Após afirmar que o espírito de Deus esteve com os Bispos na Conferência de Medellín, o prela-

do declarou: "A Igreja Latino-Americana mostrou-se nesta reunião unanimemente partidária da transformação sócio-econômica dos povos deste continente".

Conferência de Medellín em TV Americana

NOVA YORK — A "Columbia Broadcast System" (CBS) apresentou um programa de televisão, de meia hora, sobre a recentemente encerrada Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

O programa constou principalmente de entrevistas com eclesiásticos e leigos que participaram da reunião. Um dos entrevistados foi Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, que se pronunciou a favor de

um vasto movimento destinado a promover a justiça e a paz na América Latina, asseverando que, entre as medidas a serem tomadas com esse objetivo, não se deveria descartar a resistência passiva.

Um dos leigos que participaram da Conferência disse que a tradição cristã da justiça social é incompatível com o sistema capitalista imperante e com os interesses das altas classes sociais da América Latina.

A Educação

INTRODUÇÃO

Esta Conferência do Episcopado Latino-Americano, que teve o propósito de comprometer a Igreja com o processo de transformação dos povos latino-americanos, fixa muito especialmente sua atenção na educação, como um fator básico e decisivo no desenvolvimento do continente.

I — CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Devemos reconhecer, antes de mais nada, que estão sendo feitos esforços consideráveis em quase todos os nossos países para estender a educação em seus diversos níveis e são grandes os méritos que, neste esforço, correspondem tanto aos governos como à Igreja e aos demais setores responsáveis pela educação.

Contudo, o panorama geral da educação apresenta-se a nós, ao mesmo tempo, com características de drama e de répto. Ao dizer isto, não nos anima um espírito pessimista, mas um desejo de superação.

Considerando a urgência do desenvolvimento integral do homem e de todos os homens na grande comunidade latino-americana, os esforços educativos padecem de sérias deficiências e inadequações.

Existe, em primeiro lugar, o vasto setor dos homens "marginalizados" da cultura, os analfabetos e especialmente os analfabetos indígenas, privados por vezes até do benefício elementar da comunicação por meio de uma língua comum. Sua ignorância é uma servidão inumana. Sua liberação, é uma responsabilidade de todos os homens latino-americanos. Devem ser libertados de seus preconceitos e superstições, de seus complexos e inibições, de seus fanatismos, de seu sentido fatalista, de sua incompreensão temerosa do mundo em que vivem, de sua desconfiança e de sua passividade.

A tarefa de educação destes irmãos nossos não consiste propriamente em incorporá-los nas estruturas culturais que existem em torno deles, e que podem ser também opressoras, mas sim em algo muito mais profundo. Consiste em capacitá-los para que eles próprios, como autores de seu próprio progresso, desenvolvam de uma maneira criadora e original um mundo cultural, em acórdio com sua própria riqueza e que seja fruto de seus próprios esforços, especialmente no caso dos indígenas, devendo ser respeitados os valores próprios de sua cultura.

A educação formal ou sistemática se estende cada vez mais para as crianças e os jovens latino-americanos, embora grande número deles fique ainda fora dos sistemas escolares. Qualitativamente, está longe de corresponder àquilo que exige nosso desenvolvimento, considerando-se o futuro.

Sem esquecer as diferenças que existem relativamente aos sistemas educativos nos diversos países do continente, parece-nos que o seu conteúdo programático é em geral demasiado abstrato e formalista. Os métodos didáticos estão mais preocupados com a transmissão dos conhecimentos do que com a criação de um espírito crítico. Do ponto de vista social, os sistemas educativos estão orientados para a manutenção das estruturas sociais e econômicas imperantes, mais do que para sua transformação. É uma educação uniforme, em um momento em que a comunidade latino-americana despertou para a riqueza de seu pluralismo humano; é passiva, quando soou a hora para nossos povos de descobrir seu próprio ser, plétórico de originalidade; está orientada no sentido de sustentar uma economia baseada na ansia do "ter mais", quando a juventude latino-americana exige "ser mais", no gozo de sua auto-realização pelo serviço e o amor.

Em especial, a formação profissional de nível médio e superior sacrifica com frequência a profundidade humana, em nome do pragmatismo e do imediatismo, para ajustar-se às exigências do mercado de trabalho. Este tipo de educação é responsável pela colocação do homem a serviço da economia e não desta a serviço do homem.

Neste momento aflora também uma preocupação nova pela educação assistemática,

de crescente importância: meios de comunicação social, movimentos juvenis e tudo quanto contribui para a criação de uma certa cultura popular e para o aumento do desejo de mudança.

A democratização da educação é um ideal que está ainda longe de ter sido atingido em todos os níveis, sobretudo no universitário. Já que nossas Universidades não levaram suficientemente em conta as peculiaridades latino-americanas, transpondo com frequência esquemas de países desenvolvidos, não deram suficientemente resposta aos problemas próprios do nosso continente. A Universidade permaneceu muitas vezes com estudos tradicionais, quase sem carreiras de duração intermediária, adaptadas à nossa situação sócio-econômica. Nem sempre e nem em todo lugar esteve devidamente aberta para a investigação ou para o diálogo interdisciplinar, indispensável para o progresso da cultura e o desenvolvimento integral da sociedade.

Particularmente quanto à Universidade Católica, assinalamos uma insuficiência na instauração do diálogo entre a Teologia e os diversos ramos do saber, diálogo capaz de respeitar a devida autonomia das ciências e capaz de contribuir à luz do Evangelho para a convergência dos valores humanos em Cristo.

A educação latino-americana, numa palavra, está chamada a dar uma resposta ao répto do presente e do futuro em nosso continente. Somente assim será capaz de libertar nossos homens das servidões culturais-sociais-econômicas e políticas que se opõem a nosso desenvolvimento. Quando falamos assim não perdemos de vista a dimensão sobrenatural que se inscreve no próprio desenvolvimento, o qual condiciona a plenitude da vida cristã.

II — SENTIDO HUMANISTA E CRISTÃO DA EDUCAÇÃO

1. A EDUCAÇÃO LIBERTADORA COMO RESPOSTA A NOSSAS NECESSIDADES

Nossa reflexão sobre este panorama conduz-nos a propôr uma visão da educação mais conforme com o desenvolvimento integral que propugnamos para nosso continente; chama-la-íamos de "educação libertadora", isto é, que converta o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. A educação é efetivamente o meio-chave para libertar os povos de toda servidão e para fazê-los ascender "de condições de vida menos humanas para condições mais humanas" (P.P.), tendo-se em conta que o homem é o responsável e "o artífice principal de seu êxito e de seu fracasso" (P.P. N.º 15).

Para tanto, a educação em todos os seus níveis deve chegar a ser criadora, pois deve antecipar o novo tipo de sociedade que buscamos na América Latina; deve basear seus esforços na personalização das novas gerações, aprofundando a consciência de sua dignidade humana, favorecendo sua livre auto-determinação e promovendo seu sentido comunitário.

Deve ser aberta ao diálogo, para se enriquecer com os valores que a juventude intue e descobre como válidos para o futuro e assim promover a compreensão dos jovens entre si e com os adultos. O que permitirá aos jovens recolher "o melhor do exemplo e dos ensinamentos de seus pais e mestres e formar a sociedade de amanhã" (Mensagem do Concílio aos Jovens).

A educação deve, além disso, afirmar, com sincero carinho, as peculiaridades locais e nacionais e integrá-las na unidade pluralista do continente e do mundo. Finalmente, deve capacitar as novas gerações para a mudança permanente e orgânica que implica no desenvolvimento.

Esta é a educação libertadora de que a América Latina necessita para redimir-se das servidões injustas e, antes de tudo, do egoísmo de nós mesmos. Esta é a educação reclamada por nosso desenvolvimento integral.

2. A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E A MISSÃO DA IGREJA

Como toda libertação já é uma antecipação da plena redenção de Cristo, a Igreja dá

América Latina sente-se particularmente solidária com todo esforço educativo tendente a libertar nossos povos. Cristo pascal, "imagem do Deus invisível", é meta que o desígnio de Deus estabelece para o desenvolvimento do homem, para que "alcancemos todos a estatura do homem perfeito" (Ef. 1,4,13).

Por isso, todo "crescimento em humanidade" (P.P.) nos leva a "reproduzir a imagem do Filho para que Ele seja o primogênito entre muitos irmãos" (Rom. 8,29).

A Igreja, quanto à missão específica de que foi incumbida por seu divino fundador, deve promover e distribuir a educação cristã a que todos os batizados têm direito, para que alcancem a maturidade de sua fé. Enquanto servidora de todos os homens, a Igreja busca por meio de seus membros, especialmente os leigos, colaborar nas tarefas de promoção cultural humana sob todas as formas que interessam à sociedade. No exercício deste direito e serviço, juntamente com os demais setores responsáveis, a obra educadora da Igreja não deve ser obstaculizada com discriminações de qualquer espécie.

Esta é a visão alentadora que, sobre a educação na América Latina, apresenta hoje a Igreja. Ela, isto é, todos os cristãos, somarão seus esforços, com humildade, desinteresse e desejo de servir, na tarefa de criar a nova educação requerida pelos nossos povos, neste despertar de um novo mundo.

III — ORIENTAÇÕES PASTORAIS

A Conferência Episcopal Latino-americana recomenda os seguintes critérios e orientações:

1.1. Reconhecendo a transcendência da educação sistemática para a promoção do homem, sejam escolas ou colégios, convém não identificar a educação com qualquer um dos instrumentos concretos. Dentro do conceito educativo moderno, esta transcendência é enorme, pois a educação é a melhor garantia para o desenvolvimento das pessoas e do progresso social; já que conduzida corretamente prepara os autores do desenvolvimento; e é também ela a melhor distribuidora dos frutos do progresso, que são as conquistas culturais da humanidade, constituindo-se no elemento mais rentável da nação.

1.2. Este conceito rejeita a mera institucionalidade dos centros docentes e projeta sua dinâmica apostólica a outros setores que reclamam urgentemente a presença e o compromisso da Igreja. Por isso, a Conferência Episcopal faz um apelo aos responsáveis pela educação para que ofereçam oportunidade a todos os homens, de acordo com a projeção de seu próprio talento e de sua própria personalidade, a fim de que, através dela, consigam alcançar, por si próprios, a sua integração na sociedade, com plenitude de participação social, econômica, cultural, política e religiosa.

Exorta, portanto, os agentes da educação ao cumprimento de seus deveres e à guarda de seus direitos. A Igreja, de seu lado, por sua missão de serviço, compromete-se a utilizar todos os meios a seu alcance.

1.3. Dirige-se em primeiro lugar aos pais de família, "os primeiros e principais educadores". Não podem ficar marginalizados do processo educativo. É urgente auxiliá-los a tomar consciência de seus deveres e direitos e facilitar-lhes a participação direta nas atividades e na organização dos centros docentes, através das Associações de Pais de Família, que devem ser criadas ou encorajadas onde existirem, no nível local, nacional e internacional.

1.4. No que se refere aos educandos, insiste para que se leve em conta sua problemática. A juventude pede para ser ouvida com relação à sua própria formação. É preciso não esquecer que o aluno tende para seu auto-aperfeiçoamento, e por isso é preciso apresentar-lhe os valores, a fim de que ele adote uma atitude de aceitação pessoal em face deles. A auto-educação, que deve ser ordenada com sabedoria, é requisito indispensável para alcançar a verdadeira comunidade de educandos.

1.5. Quanto aos educadores é preciso antes de mais nada valorizar sua missão decisiva na transformação da sociedade e chegar a uma decisão consciente e corajosa na preparação, seleção e promoção do professorado.

A seleção e a promoção deverá insistir fundamentalmente nos dotes humanos de personalidade e atitude de serviço em permanente evolução; e para a preparação deve a Igreja Latino-Americana apoiar os institutos de formação do pessoal docente, confessional ou não.

A Igreja deve, além disso, trabalhar para que todas as tarefas sociais, lhes sejam retribuídas convenientemente, colaborando com eles em suas justas reivindicações.

1.6. Dentro da comunidade educativa ocupam hoje lugar prioritário os grupos juvenis, que reduzem a distância crescente entre o mundo adulto e o mundo dos jovens. Por isso, a Conferência Episcopal recomenda a formação de movimentos juvenis que realizem toda sorte de atividades, de acordo com seus próprios interesses e com uma direção suficiente, gradual e cada vez maior dos próprios jovens. Além disso, aos que tenham qualidades humanas apropriadas devem ser dadas oportunidades de se formarem como líderes.

1.7. A Igreja toma consciência da suma importância da educação de base. Em atenção ao grande número de analfabetos e marginalizados na América Latina, a Igreja, sem poupar sacrifício algum, se comprometerá a promover a educação de base, que não visa somente alfabetizar mas também capacitar o homem para convertê-lo em agente consciente de seu desenvolvimento integral.

2. COM RELAÇÃO A ESCOLA

2.1. A Igreja, servidora da humanidade, tem-se preocupado, ao longo de sua história, com a educação, não só catequética mas integral do homem. A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano reafirma esta atitude de serviço e continuará ocupando-se, por meio de seus Institutos Educacionais, aos quais reconhece plena validade, de prosseguir nesta tarefa adaptada às mudanças históricas. Assim, conclama todos os educadores católicos e Congregações docentes a prosseguir incansavelmente em sua abnegada função apostólica e exorta à sua renovação e atualização, dentro da linha proposta pelo Concílio e por esta mesma Conferência.

2.2. Recomenda portanto a obtenção dos títulos correspondentes ao exercício de sua profissão educadora.

2.3. Procura-se aplicar a recomendação do Concílio, relativa a uma efetiva democratização da escola católica, a fim de que todos os setores sociais, sem discriminação alguma, tenham acesso a ela e nela adquiram uma autêntica consciência social que informe sua vida.

2.4. A escola católica deverá:

a — ser uma verdadeira comunidade, formada por todos os elementos que a integram;

b — Integrar-se na comunidade local e estar aberta à comunidade nacional e latino-americana;

c — Ser dinâmica, viva, franca e leal;

d — Estar aberta ao diálogo ecumênico;

e — Partir da escola para a comunidade, transformando-a em centro cultural, social e espiritual da comunidade; partir dos filhos para chegar aos pais e à família; partir da educação escolar para chegar aos demais meios de educação.

2.5. A fim de conseguir uma escola católica, aberta e democrática, esta Conferência Episcopal apóia o direito que os pais e os alunos têm para escolher sua própria escola e a obter os meios econômicos necessários, dentro das exigências do bem comum.

3. COM RELAÇÃO A UNIVERSIDADE CATÓLICA

A II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano lembra às Universidades Católicas:

3.1. Que devem ser antes de tudo Universidades; isto é, órgãos superiores, onde a investigação e a procura da verdade seja um trabalho comum entre professores e alunos e, desta forma, criar a cultura em suas diversas manifestações.

3.2. Para alcançar este objetivo as Universidades Católicas devem instituir o diálogo entre as disciplinas humanas e o saber teológico, em íntima conexão com as exigências mais profundas do homem e da sociedade.

Para isso o ensino teológico deve estar em todos os setores da Universidade, em harmônica integração. Procurarão vincular a este fato sua própria Faculdade de Teologia, ou, pelo menos, um Instituto Superior de Formação Teológica. (G.E. n.º 2).

3.3. De acordo com o Concílio Vaticano II e a E.P., as Universidades Católicas devem esforçar-se para integrar ativamente seus professores, alunos e graduados na comunidade universitária, estimulando sua respectiva responsabilidade e participação na vida e atividade universitária, na medida em que as circunstâncias o aconselhem.

3.4. A Universidade deve estar integrada na vida nacional e poder responder com espírito criador e ousadia às exigências do próprio país. Deverá auscultar as necessidades reais, para o estabelecimento de suas Faculdades e Institutos e para estabelecer, simultaneamente, as carreiras intermediárias de capacitação técnica, tendo em vista o desenvolvimento da comunidade, do país e do continente.

3.5. Para a constante renovação das tarefas universitárias, é importante promover uma permanente evolução dos métodos e estruturas de nossas Universidades.

4. EM RELAÇÃO AO PLANEJAMENTO

4.1. Dada a complexidade atual dos problemas educacionais nos países latino-americanos, a pastoral educacional não pode ser concebida como uma série de atividades e normas desconexas, mas sim como resultado de um verdadeiro planejamento, sempre renovado e composto dos seguintes elementos:

a — Reconhecimento das urgências na pastoral de conjunto;

b — elaboração das metas educacionais, fixando as prioridades;

c — Censo e ordenação dos recursos humanos disponíveis;

d — Censo dos instrumentos e meios institucionais, financeiros e outros;

e — Elaboração das etapas do plano.

4.2. Nos assuntos da pastoral educacional, é conveniente que se procure gradualmente, dentro do respeito às pessoas e grupos, uma adequada articulação entre os organismos episcopais, de educação e os organismos correspondentes das Conferências de Religiosos e das Federações de Colégios Católicos.

4.3. Compete aos cristãos estar presentes em todas as possíveis iniciativas do campo educacional e da cultura, e prestar, a respeito delas, as informações necessárias para que a todos chegue o plano divino da salvação.

(Conclui na pág. 8)



Na educação da juventude a sorte do dia de amanhã

Pastoral das Massas

I — SITUAÇÃO

Na América Latina a grande massa de batizados, as condições de fé, crenças e práticas cristãs são muito diversas, não só de um país para outro, como entre regiões de uma mesma nação, e ainda entre os diversos níveis sociais.

Encontram-se também grupos étnicos semi-pagãos; massas camponesas que conservam uma profunda religiosidade e massas de marginalizados com sentimentos religiosos, mas de muito inferior prática cristã.

Há um processo de transformação cultural e religiosa. A evangelização do continente experimenta sérias dificuldades que se vêm agravando face à explosão demográfica, às migrações internas, às modificações sócio-culturais, à escassez de pessoal apostólico e à deficiente adaptação das estruturas eclesísticas.

Até agora a Igreja contou principalmente com uma pastoral conservadora, baseada numa sacramentalização com pouca ênfase numa prévia evangelização. Pastoral apta, sem dúvida, para uma época em que as estruturas sociais coincidiam com as estruturas religiosas, em que os métodos de comunicação dos valores (família, escola...) estavam impregnados de valores cristãos e onde a fé se transmitia simultaneamente com a inércia da tradição.

Hoje, entretanto, as próprias transformações do Continente exigem uma revisão dessa pastoral, a fim de que ela seja apta à diversidade e pluralidade culturais do povo latino-americano.

A expressão da religiosidade popular é fruto de uma evangelização realizada desde o tempo da conquista, com características especiais. É uma religiosidade de votos e promessas, de peregrinações e de um número infinito de devoções, baseada na recepção dos sacramentos, especialmente do batismo e da primeira comunhão, recepção que tem mais consequências sociais que um verdadeiro influxo no exercício da vida cristã.

Embora a conduta moral deixe muito a desejar, se observa, entre nossos povos, uma enorme reserva de virtudes autenticamente cristãs, especialmente no que diz respeito à caridade. Sua participação na vida cultural oficial é quase nula e sua adesão à organização da Igreja é muito escassa.

Esta religiosidade, mais do tipo cósmico, em que Deus é resposta a todas as incógnitas e necessidades do homem, pode entrar em crise e, de fato, já começou a entrar, em razão do conhecimento científico do mundo que nos rodeia.

Ante esta religiosidade se apresenta a Igreja um dilema: ou continua a ser Igreja universal ou converte-se em seita. Por ser Igreja e não seita, deverá oferecer sua mensagem de salvação a todos os homens, correndo, talvez, o risco de que nem todos a aceitam da mesma forma e com a mesma intensidade.

Como em toda sociedade humana os diversos grupos de pessoas captam de modo diferente os objetivos da organização, respondem igualmente de formas diversas a valores e normas que o grupo professa, os graus de persistência são diversos; as lealdades, o sentido de solidariedade nem sempre são expressos do mesmo modo.

Há, além disso, na sociedade contemporânea, uma tendência aparentemente contraditória: tendência às expressões passivas e ao comportamento humano.

Do ponto de vista de vivência religiosa, sabemos que nem todos os homens aceitam e vivem a mensagem religiosa da mesma maneira. No nível pessoal um mesmo homem experimenta fases distintas em sua resposta a Deus. Em nível social, nem todos manifestam sua religiosidade nem sua fé de um modo unívoco. O povo precisa manifestar sua fé de uma forma simples, emocional, coletiva.

Ao julgar a religiosidade popular, não podemos partir

de uma interpretação cultural ocidentalizada das classes médias e das classes elevadas urbanas e sim do significado que essa religiosidade tem no contexto da subcultura dos grupos rurais e urbanos, marginalizados.

Suas expressões podem estar deformadas e mescladas, em certa medida, com um patrimônio religioso ancestral, onde a tradição exerce um poder quase tirânico; correm o perigo de serem facilmente influenciadas por práticas mágicas e supersticiosas, de revelarem um caráter mais utilitário e um certo temor ao divino, que necessita de intercessão de seres mais próximos ao homem e de expressões mais plásticas e concretas.

Esses tipos de religiosidade podem ser, entretanto, murmúrios de uma autêntica religiosidade, expressas com os elementos culturais de que dispõem.

É mister recordar aos pastores que no fenômeno religioso existem motivações distintas, que, por serem humanas, são mistas e podem corresponder ao desejo de segurança, impotência e, simultaneamente, à necessidade de adoração, gratidão para com o Ser Supremo. Motivações que se plasmas e se expressam em símbolos diversos. A fé chega ao homem envolta sempre numa linguagem cultural e, que na religiosidade natural do homem há germes de um chamado de Deus.

Para responder a cada situação na qual o homem se encontra em seu caminho para Deus, há necessidade de reafirmar a diversidade de respostas que devem ser dadas ao homem contemporâneo e não esquecer a urgência em exigir, na medida do possível, uma aceitação mais pessoal e comunitária da mensagem da revelação.

II — PRINCÍPIOS TEOLÓGICOS

Uma pastoral popular pode ser baseada nos seguintes critérios teológicos:

1. A fé, e, por conseguinte, a Igreja, nascem e crescem em religiosidade culturalmente diversificada dos distintos povos, fé, que embora imperfeita, pode encontrar-se ainda nos níveis culturais mais inferiores.

Corresponde precisamente à tarefa evangelizadora da Igreja, descobrir nessa religiosidade a "secreta presença de Deus (Ad. G. 9) e "a luz da verdade que ilumina a todos, (N. Aet. 2) a luz do Verbo presente, mesmo antes da encarnação ou da pregação apostólica, a fazer frutificar essa semente.

Sem extinguir a mecha fumegante, (Cf. Mt. 12, 20) a Igreja aceita com alegria e respeito e incorpora à fé os diversos "elementos religiosos" (G. S. 92) que estão presentes na religiosidade como "semente oculta do Verbo (Ad. G. 11) e que constituem ou podem constituir uma preparação evangélica".

Os homens aderem à fé e participam da Igreja em diversos níveis.

É verdade que não se pode supor facilmente a existência da fé por trás de qualquer expressão religiosa aparentemente cristã; mas tampouco há de se negar, arbitrariamente, o caráter de verdadeira crença e de participação eclesial real, embora fraca, a toda expressão que apresente elementos espúrios ou motivações temporais, ainda que egoístas. Com efeito, mesmo na fé, como ato de uma humanidade peregrina no tempo, o homem depende da imperfeição das motivações mistas.

3. É igualmente próprio da fé, embora incipiente e débil, um dinamismo interior que às vezes o leva, a superar constantemente suas motivações inautênticas para afirmar-se em outras mais autênticas.

Pertence, pois, ao ato de fé, sob o impulso do Espírito Santo, o dinamismo interior que às vezes leva-o, de acordo com o momento, a se converter em ato de entrega absoluta de si.

4. Conseqüentemente, longe de ficar tranqüila com a idéia de que o povo latino-

americano, em seu conjunto, possui fé; longe de estar satisfeita com a tarefa de conservar a fé do povo em seus níveis inferiores, fracos e ameaçados, a Igreja, na América Latina, se propõe a estabelecer e a seguir uma linha pedagógica e pastoral, que:

a) assegure uma séria re-evangelização das diversas áreas humanas do Continente;

b) promova constantemente uma reconversão e uma educação de nosso povo na fé em níveis cada vez mais profundos e maduros seguindo o critério de uma pastoral dinâmica, que em consonância com a natureza da fé, impulse o povo crente para a nobre dimensão personalizante e comunitária.

5. Segundo a vontade de Deus, os homens devem santificar-se e salvar-se não individualmente, mas constituídos em comunidade (L. G. 9: G. S. 32). Esta comunidade é convocada e congregada em primeiro lugar pelo anúncio da Palavra de Deus vivo (P. O. 2 e 4). Entretanto, não se edifica nenhuma comunidade cristã se ela não tiver como raiz a celebração da Santíssima Eucaristia, (P. O. 6), mediante a qual a Igreja continuamente vive e cresce. (L. G. 26).

1. Pedir que se realizem estudos sérios e sistemáticos sobre a religiosidade popular e suas manifestações, seja em Universidades Católicas, seja em outros centros de investigação sócio-religiosa.

2. Estudar e realizar uma pastoral litúrgica e catequética adequada, não só a pequenos grupos, mas sim à totalidade do povo de Deus, partindo-se de um estudo das subculturas próprias, das exigências e das aspirações dos homens.

3. Impregnar as manifestações populares, como romarias, peregrinações, devoções diversas, da palavra evangélica. Revisar muitas das devoções aos santos, para que não sejam tomados apenas como intercessores, mas também como modelos de vida de imitação de Cristo. Tratar das devoções e dos sacramentos de maneira que não levem o homem a uma aceitação semifatalista e sim que o eduquem para se tornar con-creador e responsável, com Deus, de seu destino.

4. Procurar a formação do maior número de comunidades eclesísticas nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos. Comunidades que se devem basear na Palavra de Deus e realizar-se, quanto seja possível, na celebração eucarística, sempre em comunhão e sob a dependência do bispo.

5. A comunidade se formará na medida em que seus membros adquiram um sentido de persistência que os leva a ser solidários numa missão comum, e consigam uma participação ativa, consciente e frutificante, na vida litúrgica e na convivência comunitária. Para isso, se torna mister fazê-los viver como comunidade; alcançar a salvação mediante a vivência da fé e de amor.

6. Para a necessária formação dessas comunidades, colocar em vigência, o quanto antes, o diaconato permanente e convidar a uma participação mais ativa, os religiosos, religiosos e leigos.

7. A pastoral das massas deverá adotar uma exigência cada vez maior para conseguir personalização e vida comunitária, de modo pedagógico, respeitando as etapas diversas no caminho para Deus. Respeito que não significará apenas aceitação e imobilismo, mas também um convite a uma vivência mais plena do Evangelho e a uma conversão reiterada. Para este fim, se tornará necessária a estruturação de organismos pastorais (nacionais, diocesanos, paroquiais) e a utilização dos meios adequados, como os de comunicação social, para uma catequese apropriada, missões baseadas sobretudo em núcleos familiares ou de bairros, etc., que dêem um sentido de vida mais de acordo com as exigências do Evangelho.

Pastoral das Elites

I — SITUAÇÃO

a) Fatos:

As elites são, em nosso contexto:

a) De modo geral: os grupos dirigentes mais adiantados, dominantes no plano da cultura, da profissão, da economia e do poder;

b) De modo especial: dentro desses mesmos grupos, as minorias que, engajadas, exercem uma influência atual ou potencial nos distintos níveis de decisão cultural, profissional, econômica, social ou política (1).

2. Conscientes da dificuldade em apresentar uma classificação adequada, assinalamos, entretanto, como pertencentes à elite cultural os artistas, homens de letras e universitários (professores e estudantes); a elite profissional, os médicos, os advogados, educadores (profissões liberais); engenheiros, agrônomos, planejadores, economistas, sociólogos, técnicos em comunicação social (tecnólogos); à elite econômico-social: os industriais, banqueiros, líderes sindicais (operários e camponeses), empresários, comerciantes, fazendeiros...; a elite dos poderes políticos e militares: os políticos, os que exercem o poder judiciário, os militares.

3. Partindo do ponto de vista de que se trata, em geral, de círculos específicos e compactos, convém examinar, em primeiro lugar, suas atitudes, mentalidades e núcleos em funcionamento da transformação social, para considerar, posteriormente, as manifestações de sua fé, seu espírito eclesial e social, em confronto com a pastoral atual da Igreja, assinalando, finalmente, algumas recomendações pastorais.

4. A experiência mostra que é difícil realizar uma análise exata e profunda do assunto por carência de dados precisos, nestes diferentes setores.

Para uma análise deste tipo, seria necessário ouvir mais os técnicos e os leigos. Entretanto apresentamos as seguintes observações:

b) Tipos:

Por questões de método e levando-se em conta o caráter relativo da tipologia — que comporta necessariamente matizes e simplificações — e tratando-se de um esclarecimento em função da transformação social, assinalaremos os seguintes grupos: os tradicionalistas ou conservadores; os "desenvolvimentistas" e os revolucionários, que podem ser marxistas, esquerdistas não marxistas, ou ideologicamente indefinidos (2).

1. Os tradicionalistas ou conservadores manifestam pouca ou nenhuma consciência social, têm mentalidade burguesa e por isso não discutem o problema das estruturas sociais. Em geral se preocupam com a manutenção de seus privilégios, que eles identificam com a "ordem estabelecida". Sua atuação na comunidade possui um caráter paternalista e assistencial, sem nenhuma preocupação em modificar o status quo.

Entretanto alguns conservadores atuam, muitas vezes sob o impulso do poder econômico nacional ou internacional, com alguma preocupação desenvolvimentista.

Trata-se de uma mentalidade que frequentemente se destaca em alguns meios profissionais, em setores econômico-sociais e do poder estabelecido. Isto faz com que vários governantes atuem em benefício dos grupos tradicionalistas ou conservadores, o que às vezes dá lugar à corrupção e à ausência de um benéfico processo de personalização e socialização das classes populares. Em diversas regiões as forças militares apoiam esta estrutura, e, às vezes, intervêm para reforçá-la.

2. Os desenvolvimentistas se ocupam preferencialmente dos meios de produção, que segundo eles devem ser modificados em qualidade e quantidade. Atribuem grande valor à tecnologia e ao planejamento da sociedade. Acha que o povo marginalizado deve ser integrado na sociedade como produtor e consumidor. Dão mais ênfase ao progresso econômico que à promoção social do povo tendo em vista a participação de todos nas decisões que interessem à ordem econômica e política.

É essa a mentalidade que se observa, frequentemente, entre os tecnólogos e os vários organismos que procuram o desenvolvimento dos países.

3. Os revolucionários contestam a estrutura econômico-social. Desejam a transformação radical da mesma, tanto de seus objetivos como de seus meios. Para eles o povo é ou deve ser o agente dessa transformação, de modo a participar das decisões para o ordenamento de todo o processo social.

Esta atitude pode ser observada com maior frequência entre os intelectuais, pesquisadores, cientistas e universitários.

c) Atitudes na Fé:

Reconhecendo que em todos estes ambientes muitos vivem sua fé conforme sua consciência, que realizam um trabalho positivo de conscientização e promoção humana. Notamos, sob o ponto de vista da mudança social as seguintes manifestações sociais desta fé:

1. No grupo dos conservadores ou tradicionalistas se encontra, com maior frequência, a separação entre fé e responsabilidade social. A fé é mais a adesão a um credo e a princípios morais. A participação à Igreja é mais de estilo tradicional, e, às vezes, interessada. Dentro desses grupos, mais que verdadeira crise de fé, se verifica uma crise de religiosidade.

2. Entre os desenvolvimentistas podem ser encontradas diversas gamas de fé, desde o indiferentismo até a vivência pessoal. Têm tendência a considerar a Igreja instrumento mais ou menos favorável ao desenvolvimento. Nestes grupos se percebe mais claramente o

impacto da desacralização devida à mentalidade técnica.

Nota-se também em alguns desses grupos, especialmente entre universitários e os profissionais jovens, uma tendência que leva ao indiferentismo religioso ou a uma visão humanística que exclui a religião, devido, sobretudo, à sua preocupação com os problemas sociais.

3. Os revolucionários tendem a identificar unilateralmente a fé com a responsabilidade social. Possuem um sentido muito vivo do serviço para com o próximo, e, ao mesmo tempo, experimentam dificuldades no relacionamento pessoal com Deus transcendente na expressão litúrgica da fé.

Dentro destes grupos ocorre mais frequentemente uma crise real de fé. Quanto à Igreja, criticam determinadas formas históricas e algumas manifestações dos representantes oficiais da Igreja em sua atitude diante do social e em sua vivência concreta nesta mesma ordem.

II. PRINCÍPIOS

1. Em todos esses ambientes a evangelização deve orientar-se para a formação de uma fé pessoal, adulta, interiormente formada, operante e constantemente em confronto com os desafios da vida atual, nesta fase de transição.

2. Esta evangelização deve se relacionar com "os sinais dos tempos".

Não pode ser atemporal nem ahistórica. Com efeito, os "sinais dos tempos", observados em nosso Continente sobretudo na área social, constituem um "dado teológico" e interpelações de Deus.

3. Por outro lado, esta evangelização deve ser realizada através do testemunho pessoal e comunicativo, que se expressará de forma especial no contexto do compromisso temporal.

4. A evangelização de que estamos falando deve tornar explícitos os valores de justiça e fraternidade contidos nas aspirações de nossos povos, numa perspectiva escatológica.

5. A evangelização precisa, como suporte, de uma igreja-sinal.

III. RECOMENDAÇÕES PASTORAIS

a) de caráter geral:

1. É necessário animar, dentro das elites, as minorias engajadas, estabelecendo — dentro do possível — equipes de base que utilizem pedagogia de uma modificação de vida, fazendo-as compreender, simultaneamente, que são apóstolos de seu próprio ambiente, e estimulando, além disso, contatos com os demais grupos na vida paroquial, diocesana e nacional. Esta pastoral das elites não deve ser separada da pastoral geral da Igreja.

2. Procuremos fazer com que os sacramentos e a vida litúrgica, com base numa vida pessoal com Deus e com a comunidade, tomem como objetivo o desenvolvimento, o amor de Deus e do próximo como expressão da Igreja.

3. Na formação do clero, é preciso dar maior atenção a este tipo de pastoral especializada, preparando-se — também mediante estudos profissionais e técnicos quando for preciso — assessores especializados para este grupo.

B) DE CARÁTER ESPECIAL

1) Artistas e homens de letras

a. Levando-se em conta o importante papel que os artistas e homens de letras estão chamados a desempenhar em nosso Continente, especialmente em relação à sua autonomia cultural, como intérpretes naturais de suas angústias e de suas esperanças, como regeneradores de valores autoctones que configuram a imagem nacional, a II Conferência considera particularmente importante a presença animadora da Igreja nestes setores.

b. Esta presença deverá se revestir de um caráter de diálogo, longe de toda preocupação moralizante ou confessional, em atitude de profundo respeito à liberdade criadora, sem detrimento da responsabilidade moral.

c. A Igreja latino-americana deverá dar, em seu próprio âmbito, o devido lugar aos artistas e homens de letras, requerendo sua ajuda para a expressão estética de sua palavra litúrgica, de sua música sacra e de seus lugares de culto.

2. Universitários (estudantes)

a. Ante a urgente necessidade de uma efetiva presença da Igreja no meio universitário, esta II Conferência pede que se levem em conta as recomendações práticas do encontro episcopal sobre pastoral universitária realizado em Buga, em fevereiro de 1967.

b. Da mesma forma, pede às hierarquias locais maior compreensão dos problemas próprios dos universitários, procurando valorizar antes de condenar indiscriminadamente, as nobres motivações e as justas aspirações, muitas vezes contidas em suas inquietudes e protestos, tratando de canalizá-las devidamente através de um diálogo aberto.

c. Levando-se em conta o fato de que milhares de jovens latino-americanos estudam na Europa e América do Norte, o CELAM procurará, de acordo com as hierarquias desses países, dar a devida atenção pastoral aos mesmos, cuidando, simultaneamente, de manter viva, nêles, a consciência do compromisso de serviço para com seus países de origem.

3. Grupos econômico-sociais

a) A experiência demonstra que no ambiente dessas elites é possível a constituição de grupos e organizações especializadas, cujas metas e metodologia devem manter-se em constante revisão à luz do contexto latino-americano e da pastoral social da Igreja.

(Conclui na pág. 8)

Catequese

Dizendo que "educar eficazmente a fé dos jovens e adultos de tôdas as camadas" é sua missão fundamental, os Bispos da Conferência de Medellín, depois de uma reflexão sobre a situação especial da América Latina — tradição cristã, existência de indivíduos e contexto social-cultural impregnado pela fé — afirma a urgência de tornar essa fé mais autêntica. Daí a necessidade, continua o documento 8, de promover a evolução das formas tradicionais da fé, de evangelizar e catequizar.

Fornecidas, depois, as características da catequese na América, apresentam-se algumas prioridades na renovação catequética, a saber, uma catequese que assuma as aspirações de justiça e renovação do continente, que renove a pastoral do batismo, do crisma, o

catecumenato dos adultos, que se preocupe muito com a família, que promova um são ecumenismo, que se sirva, seriamente, dos modernos meios de comunicação social.

Entre os meios para a renovação catequética, o documento aponta os seguintes: mínimo de organização que chegue às mais distantes comunidades, pessoal adequado para formar a comunidade cristã — formação de catequistas leigos autóctones — uma renovação da linguagem da Igreja em tôdas as formas de ensino, como catecismo, homilia, constituição de Institutos Catequéticos para a reflexão sobre o assunto.

Finalmente, as conclusões, resumem os pontos mais importantes, desenvolvidos no texto do documento e que demos acima.

Documento 2

Paz

(Conclusão da pág. 3)

soa e danifique perigosamente o bem comum" (P. P. 31) proveniente de uma pessoa ou de estruturas evidentemente injustas. Mas também é certo que a violência ou "revolução armada" geralmente "acarreta novas injustiças, introduz novos desequilíbrios e provoca novas ruínas, não se pode combater um mal real ao preço de um mal maior" (P.P. 31). Se considerarmos, então, o conjunto das circunstâncias de nossos países, se levarmos em conta a preferência dos cristãos pela paz, o grande custo da guerra civil, sua lógica de violência, os males cruéis que provoca, o perigo de atrair a intervenção estrangeira por mais legítima que seja, a dificuldade de construir um regime de justiça e de liberdade, através de um processo de violência, esperamos que o dinamismo do povo conscientizado ponha-se a serviço da justiça e da paz. Fazemos nossas, finalmente, as palavras do Santo Padre, dirigidas aos sacerdotes e diáconos de Bogotá, quando referindo-se a todos os que sofrem, lhes disse: "Seremos capazes de compreender suas angústias e transformá-las não em ódio e violência, mas na energia poderosa das obras construtivas".

Diante das tensões que ameaçam a paz, chegando inclusive a inspirar a tentação da violência; diante da concepção cristã da paz que se tem escrito, cremos que o episcopado Latino-americano não pode deixar de assumir responsabilidades bem concretas, porque criar uma ordem social justa, sem a qual a paz é ilusória, é uma tarefa eminentemente cristã. Aos outros, pastores da Igreja, nos corresponde educar as consciências, inspirar, estimular e ajudar a orientar tôdas as iniciativas que contribuem para a formação do homem. Nos corresponde também denunciar todos aqueles que ao ir contra a justiça, destroem a paz.

Neste espírito cremos oportuno avançar as seguintes normas pastorais:

- 1) Despertar nos homens e nos povos, principalmente através dos meios de comunicação uma viva consciência da justiça, inspirando-lhes um sentido dinâmico de responsabilidade e solidariedade.
- 2) Defender segundo o mandamento evangélico o direito dos pobres e oprimidos, forçando aos nossos governos e classes dirigentes para que eliminem tudo que destrói a paz social: injustiça, inércia, penalidade, insensibilidade.
- 3) Denunciar enérgicamente os abusos e as injustiças, consequências das desigualdades excessivas entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos, favorecendo a integração.
- 4) Fazer com que nossa pregação, catequese e liturgia tenham em conta a dimensão social e comunitária do cristianismo, formando homens comprometidos na colaboração de um mundo de paz.
- 5) Procurar com que nos nossos colégios, seminários e universidades se forme um sadio espírito crítico da sociedade e se fomente a vocação de serviço. Consideramos ainda de grande eficácia as campanhas de nível diocesano e nacional que mobilizem a todos os fiéis e organizações levando-os a uma reflexão salutar.
- 6) Convidar também as diversas confissões e comunidades cristãs e não cristãs para colaborar nesta fundamental tarefa de nossos tempos.
- 7) Encorajar e favorecer todos os esforços do povo para criar e desenvolver suas próprias organizações de base, para a reivindicação e consolidação de seus direitos e na busca de uma verdadeira justiça.
- 8) Pedir o aperfeiçoamento da administração judiciária cujas deficiências constantemente causam sérios males.
- 9) Empenhar-se para que em muitos de nossos países pare e reformule-se o atual processo armamentista, que constitui às vezes uma carga excessivamente desproporcionada face às legítimas exigências do bem comum, em detrimento de urgentes necessidades sociais. A luta contra a miséria é a verdadeira guerra que devem travar nossas nações.
- 10) Convidar os bispos, os responsáveis das diversas confissões religiosas e homens de boa vontade das nações desenvolvidas para que promovam nas suas respectivas esferas de influência, especialmente entre os dirigentes políticos e econômicos, uma consciência de maior solidariedade frente a nossas nações subdesenvolvidas, fazendo com que sejam reconhecidos, entre outras coisas, preços justos para nossas matérias-primas.
- 11) Por ocasião do vigésimo aniversário da declaração solene dos direitos humanos, cabe interessar as Universidades da América Latina na realização de investigações para se verificar sua aplicação em nossos países.
- 12) Diante da ação injusta em escala mundial que as nações poderosas lançam contra a autodeterminação dos povos fracos, que têm de sofrer os efeitos sangrentos da guerra e da invasão, denunciar o fato, pedindo aos organismos internacionais competentes, ação eficaz e decidida.
- 13) Prestigiar e aplaudir as iniciativas e trabalhos de todos aqueles que nos diversos setores da ação contribuem para a criação de uma ordem nova que assegure a paz no seio de nossos povos.

Documento 1

(Conclusão da pág. 2)

nais liberais, clero, religiosos, funcionários, etc.), desenvolver o trabalho de conscientização.

A tarefa de conscientizar e educar socialmente, deverá ser parte integrante dos planos de Pastoral de Conjunto, em seus diversos níveis.

O sentido de serviço e realismo exige da hierarquia de hoje uma maior sensibilidade e objetividade sociais. Para isso se torna imprescindível o contato direto com grupos distintos, social e profissionalmente, em encontros que proporcionem a todos uma visão mais completa da dinâmica social. Tais encontros podem ser considerados como instrumentos capazes de facilitar ao Episcopado uma ação colegiada, útil para a garantia da harmonização do pensamento e das atividades numa sociedade em transformação.

As Conferências episcopais proporcionarão a organização de cursos, encontros etc., como meio de integração dos responsáveis pelas atividades sociais, vinculadas à Pastoral

Além de sacerdotes, religiosos e leigos, se poderiam também convidar líderes que trabalhem em programas nacionais e internacionais de promoção dentro do país. Os institutos destinados ao preparo do pessoal apostólico de outros países, coordenarão suas atividades no campo social com os respectivos organismos nacionais; além disso promover-se-á principalmente, a realização de Semanas Sociais para elaboração da doutrina social a ser aplicada a nossos problemas. Isso permitirá a formação da opinião pública a respeito.

Merecem mais atenção os homens-chave, ou seja, aquelas pessoas que estão em postos de decisão e comando e cujas atitudes repercutam nas estruturas básicas da vida nacional e internacional.

As Conferências episcopais, por isso mesmo, através de suas comissões de ação ou Pastoral social, promoverão, junto com outros organismos interessados, a organização de cursos para técnicos, políticos, dirigentes operários, camponeses, empresários e homens de cultura em todos os níveis.

E' necessário que as pequenas comunidades sociológicas de base se desenvolvam para o estabelecimento de um equilíbrio diante dos grupos minoritários, que são os grupos que detêm o poder.

Isso só se tornará possível através do estímulo que se proporcionará dentro das comunidades, mediante seus próprios elementos naturais e atuantes, em seus respectivos meios.

A Igreja — Povo de Deus — prestará sua ajuda aos desamparados de qualquer espécie e ambiente social, para que tomem consciência de seus próprios direitos e saibam fazer uso deles. Para

Documento 5

Justiça

tanto a Igreja se utilizará de sua força moral e procurará a colaboração de profissionais e instituições competentes.

A "Comissão de Justiça e Paz" deverá ser constituída em todos os países, pelo menos em nível nacional

Deverá ser integrada por pessoas de alto nível moral, qualificação profissional e de representatividade nos diferentes setores sociais; deverá ser capaz de estabelecer um diálogo eficaz com pessoas e instituições mais diretamente responsáveis pelas decisões relativas ao bem comum; deverá pesquisar tudo o que possa ferir a Justiça e colocar em perigo a paz interna e externa das comunidades nacionais e internacionais; ajudará a buscar os meios concretos para conseguir as soluções adequadas a cada situação.

Para o exercício de sua missão pastoral, as Conferências episcopais constituirão sua comissão de ação ou pas-

toral, social para a elaboração doutrinária e para assumir as iniciativas na área de atuação da Igreja, como estimuladora da ordem temporal, numa autêntica atitude de serviço. Essa atitude também é válida para os níveis de trabalho diocesano.

Além disso, as Conferências episcopais e as organizações católicas têm interesse em promover a colaboração, no âmbito continental e nacional, com as Igrejas e instituições cristãs não católicas, dedicadas à tarefa de instaurar a justiça nas relações humanas.

"Caritas", que é um organismo da Igreja (Cf. PP 46) integrado na pastoral de conjunto, não será apenas uma instituição beneficente, mas um organismo que deve inserir-se mais operativamente no processo de desenvolvimento da América Latina, como uma instituição verdadeiramente promocional".

A Igreja reconhece que as instituições de ação temporal estão dentro da esfera espe-

cífica da sociedade civil, embora, formadas e impulsionadas por cristãos. Nas atuais situações concretas esta Conferência Episcopal sente o dever de atribuir um estímulo especial às organizações que têm como objetivo a promoção humana e a aplicação da justiça.

A força moral e animadora da Igreja estará destinada particularmente, a estimular aqueles objetivos e se propõe a atuar, naquela área, a título supletivo e em situações imposteráveis.

Finalmente, a II Conferência Episcopal tem plena consciência de que o processo de socialização desencadeado pelas técnicas e meios de comunicação de massa, fazem deles um instrumento necessário e muito apto à educação social, à conscientização de acordo com a transformação de estruturas e à vigência da justiça.

Para isso, nas tarefas de promoção humana, conclama sobretudo os leigos a seu adequado cumprimento.

Documento 6

A Educação

(Conclusão da pág. 6)

4.4 Para atender a grande número de alunos das Universidades e escolas não católicas será necessário organizar equipes de sacerdotes, de religiosos ou de leigos educadores, responsáveis pelas tarefas apostólicas dessas instituições.

4.5 A atitude da Igreja no campo da educação não pode ser a de contrapor a escola confessional à não confessional, a escola "privada" à escola oficial, e sim a colaboração aberta e franca entre escola e escola, Universidade e Universidade, entre as escolas e as iniciativas extra-escolares de formação e de educação, entre os planos de educação da

Igreja e os do Estado; colaboração que exige o bem da comunidade universal dos homens". (G.M. n.º 12).

Esta coordenação não apenas não é perigosa para o caráter confessional das escolas católicas, é antes um dever post-conciliar das mesmas, segundo o novo conceito da presença da Igreja no mundo de hoje.

4.6 A Igreja deve procurar prioritariamente a melhoria das Universidades Católicas existentes, antes de promover a criação de novas instituições.

4.7 Procure-se ainda uma coordenação efetiva entre as instituições educacionais da Igreja e os organismos nacionais e internacionais interessados na educação.

Documento 7

Pastoral das Elites

(Conclusão da pág. 7)

b) Sem subestimar as formas assistenciais de ação social, a pastoral da Igreja deverá orientar preferencialmente êsse grupos para um compromisso no plano das estruturas sócio-econômicas que conduza às necessárias reformas das mesmas.

c) A Igreja deve prestar uma atenção especial às minorias ativas (líderes sindicais e cooperativistas), que nos ambientes rural e operário estão realizando um importante trabalho de conscientização e promoção humana, apoiando e acompanhando pastoralmente suas preocupações com a transformação social.

4. Poderes militares

Com relação às forças armadas, a Igreja deverá inculcar-lhes, a idéia de que, além de suas funções normais específicas, elas têm a missão de garantir as liberdades políticas dos cidadãos, em vez de lhes impôr obstáculos. Por outro lado, as forças armadas têm a possibilidade de educar, dentro de seus próprios quadros, os jovens recrutados para a futura participação, livre e responsável, na vida política do país.

5. Poderes Políticos

a) Deverá procurar se desenvolver entre a Igreja e o poder constituído, contatos e diálogos a propósito das exigências da moral social, não se excluindo, onde se torne necessário, a denúncia, enérgica e prudente, das injustiças e dos excessos do poder.

b) A ação pastoral da Igreja estimulará tôdas as categorias de cidadãos a colaborar nos planos construtivos dos governos e a contribuir, por uma crítica sã numa ope-

ração responsável, ao progresso do bem comum.

c) A Igreja deverá manter sempre sua independência diante dos poderes constituídos e dos regimes que os asseguram, renunciando, se for preciso, às fórmulas legítimas de presença que, por causa do contexto social, a tornam suspeita de aliança com o poder constituído e constitui, por isso mesmo, um contra-senso pastoral (Cf. Gaudium et Spes 73).

d) A Igreja, entretanto, deverá colaborar na formação política das elites, através de seus movimentos e instituições educativas.

e) Note-se, finalmente, que também na América Latina "com o desenvolvimento cultural, econômico e social, se consolida na maioria o anseio de participar mais plenamente da ordenação da comunidade política... A consciência mais vida da dignidade humana fez, com que "surgisse o propósito de se estabelecer uma ordem política-jurídica destinada a proteger melhor a vida pública e os direitos da pessoa humana, como o direito de livre reunião, de livre associação, de expressar suas próprias opiniões e de professar, particular e publicamente, a religião.

NOTAS

(1) No texto, o conceito de "elite" tem um significado puramente descritivo e designa os principais agentes da mudança social, sem qualquer juízo de valor ou conotação classista.

(2) Existem, evidentemente, grupos intermediários que lutam pelas mudanças de estruturas em forma gradativa e mais ou menos acelerada, opondo-se, porém, à violência e aos governos de força.

LEIA E ASSINE
A TRIBUNA
Assinatura em 1969
NCR\$ 20,00

Liturgia

I. LINHAS GERAIS DA SITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A pluralidade de situação na renovação litúrgica é um fato; enquanto em algumas regiões esta aplicação se realiza com crescentes esforços, em outras sua aplicação é feita de forma ainda débil. Em geral é insuficiente. Falta uma mentalidade sobre o conteúdo da reforma, a qual é especialmente importante para o clero, cujo papel na renovação litúrgica é básico. Além disso é necessário reconhecer que a variedade de culturas provoca difíceis problemas de aplicação (línguas, sinais).

Tem-se a impressão de que o bispo nem sempre exerce de forma eficaz seu papel litúrgico, de promotor, regulador e orientador do culto.

As traduções litúrgicas significaram um passo no avanço da Igreja; mas os critérios que têm sido adotados não permitiram ainda chegar ao grau de adaptação necessária.

A liturgia não está integrada organicamente na educação religiosa, nem a ela vinculada em mútua penetração.

São insuficientes os estudiosos capacitados para desenvolver a renovação litúrgica.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEOLÓGICA E PASTORAL

a) Elementos doutrinários: a presença do mistério da salvação, enquanto a humanidade peregrina faz sua plena realização na palavra do Senhor, culmina na celebração da liturgia eclesial (1).

A liturgia é ação de Cristo, Cabeça e de seu Corpo, que é a Igreja (2). Contém, portanto, a iniciativa salvadora que vem do Pai, pelo Verbo e no Espírito, e a resposta da humanidade nos que se ligam pela fé e pela caridade no Cristo, recapitulador de todas as coisas (3).

Como não vivemos ainda a plenitude do Reino (4), toda celebração litúrgica está essencialmente marcada pela tensão entre o que já é uma realidade e o que ainda não se verifica plenamente (5); é imagem da Igreja, ao mesmo tempo santa e necessitada de purificação (6); tem um sentido de alegria e uma dolorosa consciência do pecado. Numa palavra, vive na esperança (7).

A liturgia, momento em que a Igreja é mais perfeitamente ela própria, realiza indissoluvelmente unidas a comunhão com Deus e entre os homens (8), e de tal modo, que aquela é a razão desta (9).

Busca-se, antes de tudo, o louvor da glória da Graça (10). É certo, também, que todos os homens precisam da glória de Deus (11) para serem verdadeiramente homens. E por isso mesmo o gesto litúrgico, não é autêntico se não implica um compromisso de caridade, um esforço sempre renovado por sentir como sente Cristo Jesus (12), e uma contínua conversão.

A instituição divina da liturgia não pode jamais ser considerada como um adorno contingente da vida eclesial, já que "nenhuma" comunidade cristã se edifica se não tem sua raiz na celebração da Santíssima Eucaristia, pela qual se inicia toda a educação do espírito da comunidade. Esta celebração, para ser sincera e plena, deve conduzir tanto às várias obras de caridade e mútua ajuda como à ação missionária e às várias formas de testemunho cristão (13).

No momento atual da América Latina, como em todos os tempos, a celebração litúrgica comporta e coroa um compromisso com a realidade humana (14), com o desenvolvimento e com a promoção, precisamente porque toda a criação está envolvida pelo designio salvador que engloba a totalidade do homem (15).

b) Princípios pastorais. No momento atual de nosso Continente, certos estados de vida e certas atividades humanas representam uma importância vital para o futuro. Entre os primeiros cabe destacar a família, a juventude, a vida religiosa e o sacerdócio; entre as segundas, a promoção humana e todo o que está ou pode ser colocado a seu serviço; a educação, a evangelização e as diversas formas de ação apostólica.

Sendo a sagrada liturgia a presença do Mistério da Salvação, visa em primeiro lugar à glória do Pai (16). Mas essa mesma glória (17) se comunica aos homens e por isso a celebração litúrgica, mediante o conjunto de sinais com que ela expressa a fé, apresenta:

1. Um conhecimento e uma vivência mais profunda da fé (18);
2. Um sentido da transcendência da vocação humana (19);
3. Um fortalecimento do espírito da comunidade (20);
4. Uma mensagem cristã de alegria e esperança (21);
5. A dimensão missionária da vida eclesial (22);
6. A exigência postulada pela fé, de comprometer-se com as realidades humanas (23).

Todas essas dimensões devem estar presentes onde qualquer estado de vida realize alguma atividade humana.

Para que a liturgia possa realizar, em plenitude, esses objetivos, necessita:

1. Uma catequese prévia sobre o mistério cristão e sua expressão litúrgica (24);
2. Adaptar-se e encarnar-se no meio das diversas culturas (25);
3. Acolher, portanto, positivamente, a pluralidade na unidade, evitando erigir, a priori, a uniformidade como princípio (26);
4. Manter-se numa situação dinâmica que acompanha tudo o que há de são no processo de evolução da humanidade (27);
5. Conduzir a uma experiência vital da união entre a fé, a liturgia e a vida cotidiana, em virtude da qual chegue o cristianismo ao testemunho de Cristo.

Não obstante, a liturgia, que interpela o

homem, não pode reduzir-se a mera expressão de uma realidade humana frequentemente unilateral ou marcada pelo pecado.

III. RECOMENDAÇÕES

a) Referente aos bispos. O Concílio Vaticano II reconhece ao bispo, o direito de regulamentar a liturgia e lhe outorga o dever de promovê-la no seio da Igreja local (30). A ele cumpre:

1. Com toda a responsabilidade pastoral, promover singular ou coletivamente, a vida litúrgica;
2. Celebrar frequentemente como "grande sacerdote de sua grei", cercado por seu presbitério e ministros em meio de seu povo (31);
3. Uma função moderadora "ad norman juris" e segundo o espírito da Constituição da Sagrada Liturgia (32);
4. Valer-se da comissão diocesana ou interdiocesana, recomendadas pelo Concílio, compostas de estudiosos da liturgia, Bíblia, pastoral, música e arte sacra (33).

b) Referentes às Conferências Episcopais. A renovação comunitária e hierárquica necessita, além disso, da integração de "diversas assembleias territoriais" de bispos legitimamente constituídas (34). A elas corresponde uma função regulamentadora e coordenadora, dentro dos limites estabelecidos que assegurem a fidelidade da imagem eclesial que cada comunidade cristã deve oferecer à Igreja universal.

Para conseguir melhor estas finalidades, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano,

1. deseja que se se confiem às Conferências Episcopais facultades mais amplas em matéria litúrgica a fim de que possa realizar melhor as adaptações necessárias, levando em conta as exigências de cada assembleia;
2. recomenda que, dadas as peculiaridades circunstanciais dos territórios missionários, suas assembleias Ordinárias se realizem para estudar as adaptações necessárias e para que elas possam ser apresentadas à autoridade competente (35).

c) Serviços do CELAM. A coincidência de problemas comuns e a necessidade de se contar com grupos de técnicos devidamente preparados, aconselha, além disso, o incremento dos serviços que possa proporcionar o Departamento de Liturgia do CELAM. Tais são:

- 1.0) um serviço de informação, documentação bibliográfica e coordenação prestado pelo secretário executivo do Departamento, que se propõe a manter em permanente comunicação os Episcopados latino-americanos.
- 2) um serviço de investigação e formação que já começou a prestar o Instituto de Liturgia Pastoral de Medellín, com vistas a adaptação mais profunda da liturgia às necessidades e culturas da América Latina (36). Para isso se torna necessário que se compreenda e se facilite o agrupamento de técnicos em liturgia, Sagradas Escrituras e Pastoral, como em ciências antropológicas, cujos trabalhos abram caminho para um progresso legítimo (37).

3.0) um escritório de coordenação dos musicólogos, artistas e compositores numa união de esforços que estejam se realizando em nossos países, de forma a proporcionar uma música digna dos sagrados mistérios (39).

4.0) um serviço de assessoramento técnico, tanto para a conservação do patrimônio artístico como para a promoção de novas formas artísticas (39).

5.0) um serviço editorial para diversas publicações que sirvam de instrumento valioso para a pastoral litúrgica, sem que isso interfira no âmbito de outras publicações.

Os serviços mencionados presupõem a existência de bibliotecas especializadas e suficientemente providas.

d) Sugestões particulares

1.0) A celebração de Eucaristia em pequenos grupos e comunidades de base pode ter verdadeira eficácia pastoral; aos bispos corresponde permiti-la tendo em conta as circunstâncias de cada lugar.

2.0) A fim de que os sacramentos alimentem e fortaleçam a fé na situação atual da América Latina, se aconselha o estabelecimento, planificação e intensificação de uma pastoral sacramental comunitária mediante preparações sérias, graduais e adequadas para o batismo (os pais e padrinhos), confirmação, primeira comunhão e matrimônio (40).

É recomendável a celebração comunitária da penitência, mediante uma celebração da Palavra e observância à legislação vigente, porque isso contribui para ressaltar a dimensão eclesial deste Sacramento e torna mais frutífera a participação no mesmo.

3.0) Incrementem-se as sagradas celebrações da Palavra, conservando sua relação com os sacramentos nos quais elas alcançam sua máxima eficácia e particularmente com a Eucaristia (41). Promovam-se as celebrações ecumênicas da Palavra, segundo o teor do decreto sobre Ecumenismo, n.º 8, e seguindo as normas do Decreto n.º 33.35.

4.0) Sendo tão arraigadas em nosso povo certas devoções populares, recomenda-se buscar formas mais adequadas, que lhes dê conteúdo litúrgico, de modo que se tornem veículos de fé e de compromisso com Deus e com os homens.

NOTAS:

- (1) Cf. S. C. n. 8 e 10
 - (2) Cf. ibid. n. 7
 - (3) Cf. Ef. 1. 10
 - (4) Cf. e gr. LG. n. 3 e 5
 - (5) Cf. L. G., n. 48; S. C. n. 6
 - (6) Cf. L. G., n. 8; S. C. n. 2
 - (7) Cf. L. G., n. 481 S. C. n. 8
- (Conclui na pág. 10)

Movimentos Leigos

I. CONSTATAÇÕES

1. Em outros documentos, e sob distintos ângulos, assinalou-se a presença dos leigos no processo de transformação de nosso continente.

Neste documento nos propomos rever a dimensão apostólica dessa presença no contexto histórico que todos nós estamos vivendo presente na América Latina.

1.2 Recordemos mais uma vez que o momento histórico atual de nossos povos, na ordem social e sob o ponto de vista objetivo, se caracteriza por uma situação de subdesenvolvimento, agravado por fenômenos maciços de marginalidade, alienação e pobreza, e condicionada, em última instância, por estruturas de dependência econômica, política e cultural em relação às metrópoles industrializadas, que detêm o monopólio da tecnologia e da ciência (neo-colonialismo), cf. Populorum Progressio, 3.

Sob o ponto de vista subjetivo, nosso continente se caracteriza pela tomada de consciência de tal situação, que provoca em amplos setores dos povos latino-americanos atitudes de protesto e aspirações de libertação, desenvolvimento e justiça social.

Esta complexa realidade, historicamente, coloca os leigos latino-americanos ante o desafio de um compromisso libertador e humanizador.

1.3 De outra parte, a modernização refletida nos setores mais dinâmicos da sociedade latino-americana, acompanhada pela crescente tecnização e aglomeração urbana, manifestou-se em fenômenos de mobilidade, socialização e divisão do trabalho, trazendo, por efeito, importância crescente aos grupos e ambientes funcionais — fundados sobre o trabalho, a profissão ou a função — em relação às comunidades tradicionais de caráter de vizinhança ou territorial.

Referidos meios funcionais constituem em nossos dias os centros de decisão mais importantes no processo de transformação social, e os focos onde se condensa, ao máximo, a consciência da comunidade.

Estas novas condições de vida obrigam aos movimentos leigos da América Latina a acelerarem o esforço de um compromisso de presença, de adaptação permanente e de criatividade.

1.4 A insuficiente resposta a estes desafios e, muito especialmente, a inadequação às novas formas de vida que caracterizam os setores dinâmicos de nossa sociedade, explicam em grande parte as diferentes formas de crises que afetam os movimentos leigos.

Muitos deles, com efeito, empreenderam um trabalho decisivo em seu tempo, mas, por circunstâncias posteriores, ou se fecharam em si mesmos, ou se aferraram indevidamente a estruturas de demasiado rígidas, ou não souberam situar devidamente seu apostolado no contexto de um compromisso histórico libertador.

De outra parte, muitos destes movimentos não refletem um meio sociológico compacto, ou talvez não tenham adotado a organização e a pedagogia mais apropriadas para um apostolado de presença e compromisso nos ambientes funcionais, onde, em grande parte, se gera o processo de mudança social.

1.5 Finalmente, entre os fatores que favorecem a crise de muitos movimentos, assinalam-se também a pequena integração do leigo latino-americano na Igreja, o frequente desconhecimento, na prática, de sua legítima autonomia e a falta de assessores devidamente preparados para as novas exigências do apostolado secular.

II. CRITÉRIOS TEOLÓGICO-PASTORAIS

2.1 No seio do Povo de Deus, que é a Igreja, há unidade de missão e diversidade de carismas, serviços e funções, "obra do único e idên-

tico Espírito (I Cor. 12), de sorte que todos, a seu modo, cooperem unanimemente na obra comum (cf. L. G. 32 e 33).

2.2 Os leigos, como membros da Igreja, participam da tripla função profética, sacerdotal e real do Cristo, em vista do cumprimento de sua missão eclesial. Todavia, realizam especificamente esta missão no plano do tempo, ordenada à construção da História, "gerindo os assuntos temporais e ordenando-os segundo a vontade de Deus" (L. G. 31).

2.3 O que tipifica o papel do leigo é seu compromisso com o mundo, entendido este como marco da solidariedade humana, como trama dos acontecimentos e fatos significativos, em uma palavra, como História.

Pois bem, comprometer-se é ratificar com ações a solidariedade em que todo homem se encontra imerso, assumindo tarefas de promoção humana na linha de um determinado projeto social.

O compromisso assim entendido, na América Latina, deve estar impregnado pelas circunstâncias peculiares de seu momento histórico presente, pelos signos da libertação, da humanização e do desenvolvimento.

Nunca é demais dizer que o leigo goza de autonomia e responsabilidade próprias para optar por seu compromisso temporal. A "Gaudium et Spes" assim o reconhece, quando diz que os leigos "conscientes das exigências da fé e vigorizados por suas próprias energias, empreendam, sem vacilar e quando seja necessário, novas iniciativas e leve-as a bom termo (...). Não pensem que seus pastores estejam sempre em condições de poder dar-lhes de imediato soluções concretas em todas as questões, por mais graves que surjam. Não é esta sua missão. Cumpram os leigos melhor suas missões específicas, à luz da sabedoria cristã e com a observância atenta da doutrina do Magistério" (G. S. 43).

E, como diz a Populorum Progressio em seu final: "Aos leigos, por sua livre iniciativa e sem esperar passivamente conselhos e diretrizes, corresponde penetrar de espírito cristão a mentalidade, os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que vivem" (n.º 81).

2.4 Por mediação da consciência, a fé — que opera pela caridade — está presente no compromisso temporal do leigo como motivação, iluminação e perspectiva escatológica, e dá sentido integral aos valores baseados na dignidade humana, na união fraterna e na liberdade, que "voltaremos a encontrar limpos de toda a mancha, iluminados e transfigurados, no Dia do Senhor" (G. S. 39) "Ensinando também a Igreja que a esperança escatológica não diminui a importância das tarefas temporais, mas, pelo contrário, proporciona novas motivações para seu exercício" (G. S. 21).

2.5 Pois bem, como a fé exige ser compartilhada e por isso mesmo implica numa exigência de comunicação ou de proclamação, compreende-se a vocação apostólica dos leigos dentro, e não fora, de seu próprio compromisso temporal.

Mais ainda: ao ser assumido este compromisso no dinamismo da fé e da caridade, ele adquire em si mesmo um valor de testemunho e se confunde com o testemunho cristão. A evangelização do leigo, nesta perspectiva, nada mais é que a explicação ou a proclamação do sentido transcendente deste testemunho.

Vivendo "nas ocupações e nas condições de vida nas quais sua exigência está inserida", os leigos são chamados por Deus ali mesmo "para que, desempenhando sua própria profissão e guiados pelo espírito evangélico, contribuam para a santificação do mundo, penetrando-o como fermento... A eles, pois, corresponde iluminar e orde-

nar as realidades temporais, às quais estão estreitamente vinculados" (L. G. 31).

2.6 O apostolado leigo terá maior transparência de sinal e maior densidade eclesial, quando após seu testemunho em equipes ou comunidades de fé, nas quais o Cristo prometeu especialmente estar presente (Mt. 18-20). Deste modo, os leigos cumprirão mais cabalmente sua missão de fazer com que a Igreja "aconteça" no mundo, no interior da tarefa dos homens na história.

III. RECOMENDAÇÕES PASTORAIS

Tendo em conta as numerosas recomendações pastorais já mencionadas em outros documentos desta Conferência sobre o papel dos leigos na América Latina, nos fixamos apenas nas seguintes:

3.1 Atendendo às prioridades evidentes, derivadas da situação latino-americana que descrevemos acima, com especial ênfase e urgência, deve ser promovida a criação de equipes apostólicas ou de movimentos seculares nos lugares ou estruturas funcionais, sobretudo naquelas onde se elabora e se decide o processo de libertação e humanização da sociedade a que pertencem, dotando-os de uma estrutura adequada e de uma pedagogia baseada no discernimento dos sinais dos tempos no cerne dos acontecimentos.

3.2 Reconhecendo a crescente interdependência entre as nações e o peso das estruturas internacionais de dominação, que condicionam de forma decisiva o subdesenvolvimento dos povos periféricos, os leigos devem assumir seu compromisso cristão ao nível dos movimentos e organismos internacionais para promover "o progresso dos povos mais pobres e favorecer a justiça entre as nações" (P. P. 5).

3.3 As equipes ou movimentos que já existirem para tais tarefas devem ser apoiados decididamente, e que não se abandone seus militantes quando, pelas implicações sociais do Evangelho, são levados a compromissos que ocasionam dolorosas consequências.

3.4 As recomendações precedentes não propiciam de modo algum que se abandone ou subestime as formas tradicionais de movimentos seculares, que se situam num plano de colaboração mais direta com o ministério sacerdotal. Estes movimentos igualmente deverão ser promovidos.

3.5 Deve ser fomentada uma espiritualidade própria dos leigos, baseada em sua própria experiência de compromisso com o mundo, ajudando-os a entregar-se a Deus entregando-se aos homens. Ensinando-os a redescobrir o sentido da oração e da liturgia como expressão e alimento dessa dupla e recíproca doação. "Segundo o exemplo do Cristo, que exerceu o artesanato, alegrem-se os cristãos de poder exercer todas as suas atividades temporais, fazendo uma síntese vital do esforço humano familiar, profissional, científico ou técnico, com os valores religiosos, tudo cooperando para a glória de Deus" (G. S. 43).

3.6 Finalmente, que se preste o devido reconhecimento e apoio a todos os movimentos internacionais de apostolado dos leigos, que através de seus organismos de coordenação promovem e edificam com tanto sacrifício o apostolado neste continente, atentos às exigências peculiares de sua problemática social.

ALFAIATARIA
DOM BOSCO
 Única especializada em vestuário eclesialístico. Roupas civis sob medida e com facilidades de pagamento.
 R. FERREIRA PENTEADO, 349 — FONE 2-5033 — CAMPINAS —

Sacerdotes - Religiosos - Formação de Clero - Pobreza na Igreja - Colegialidade

Não nos sendo possível a transcrição completa, neste número d'A Tribuna, dos documentos 11 a 15 inclusive, da Conferência Episcopal de Medellín, fornecemos aos nossos leitores algumas de suas idéias mais fundamentais.

SACERDOTES

Depois de algumas observações sobre a atual

situação dos presbíteros e outras considerações introdutórias, o Documento 11 oferece elementos de reflexão pastoral e apresenta algumas conclusões de orientação. Aqui, fala sobre a espiritualidade sacerdotal, o ministério do presbítero (que não comporta apenas uma figura uniforme como até recentemente), o diálogo e cooperação que deve haver entre eles e seus

Bispos, a sua atualização cultural e sua honesta sustentação. Ao fim, após uma fraterna saudação a todos os presbíteros, há uma palavra afetuosa para os sacerdotes em crise e os que se "ausentaram do presbitério", com ou sem a autorização da Igreja.

RELIGIOSOS

O documento 12, dedicado aos religiosos, sacerdotes ou não, principia falando das particulares condições da vida religiosa na América Latina, afirmando a exigência de uma grande autenticidade na própria vocação, particularmente na prática da pobreza evangélica e, também, a necessidade de sua colaboração no processo de desenvolvimento integral do continente. Trata, a seguir, do "aggiornamento" das Congregações Religiosas, da necessária participação dos religiosos e religiosas na vida da Igreja, em particular no setor apostólico. Recomenda-lhes, depois, sua integração nos planos de pastoral de conjunto. Seguem outras deliberações a respeito dos leigos consagrados à vida religiosa e às instituições seculares. E encarece a coordenação dos trabalhos dos religiosos e da hierarquia nos planos diocesano, nacional e mesmo continental, como já acontece com as religiosas, através da CLAR.

FORMAÇÃO DO CLERO

A formação do clero é a preocupação central do documento 13. Feita uma introdução acerca do contexto latino-americano, em que se situa a formação do nosso clero, a Conferência de Medellín fala, primeiro, da formação dos diáconos permanentes, recordando experiências já em andamento e depois, da formação sacerdotal dos seminaristas, dos Seminários Menores e Maiores. Com objetividade notável, o documento 13 enumera os aspectos positivos e negativos da atual situação dos seminaristas e das casas de formação eclesial. E a seguir insiste nas linhas fundamentais da formação dos futuros presbíteros: capacidade para ouvir fielmente a palavra de Deus, espiritualidade marcada pelos conselhos evangélicos, espírito de serviço, experiência pessoal de amor a Cristo, disciplina, formação intelectual e pastoral. Termina, tratando da pastoral vocacional e do diaconato.

POBREZA NA IGREJA

O documento 14, depois de distinguir a pobreza como carência dos bens deste mundo, da pobreza espiritual (desapêgo interior dos bens deste mundo) e pobreza de compromisso, assumida voluntariamente e por amor à condição dos necessitados deste mundo, passa a dar orientações pastorais para que a Igreja da América, em especial os Pastores e Sacerdotes, realmente dêem um testemunho de pobreza. Isso levará ao conveniente e prudente despojamento de bens e títulos honoríficos, sedes luxuosas, indumentárias exageradas, etc., colocando a hierarquia, efetivamente, junto dos pobres que devem merecer a preferência e solidariedade da Igreja. O espírito de serviço deverá inspirar todo o ministério episcopal e sacerdotal na América.

COLEGIALIDADE

O penúltimo dos documentos de Medellín, trata da colegialidade. Feitas as necessárias constatações de elementos positivos e negativos relativamente à colegialidade, o documento parte para orientações doutrinárias e pastorais. Aqui insiste na renovação das estruturas pastorais, encarecendo as comunidades cristãs de base, a revitalização das Paróquias, Vicariatos Forâneos e Zonas Pastorais. Na parte final, este documento fala sobre as Conferências Episcopais — expressão concreta do espírito de colegialidade de cada bispo — e, outras exigências da pastoral de conjunto, tais como renovação pessoal e ação pastoral, planejada de acordo com o processo de desenvolvimento integral latino-americano.

Liturgia

rárquica e comunitária dos santos ritos, exercitando, não só formalmente, senão também sincera e cordialmente a caridade fraterna". (Paulo VI, discurso de abertura da conferência).

- (24) Cf. S. C., nn. 9 e 35, 3
- (25) S. C., n. 37; A. G., n. 22; G. S., n. 44
- (26) Cf. S. C., n. 37; L. G., n. 13;
- (27) Cf. G. S., nn. 1 e 42
- (28) Cf. S. C., nn. 11 e 48
- (29) Assim, por exemplo, uma liturgia exequial não deve expressar somente o natural sentido de tristeza, mas também o sentido de fé e esperanças cristãs na ressurreição (Cf. prólogo do Novo Ritual de exequias).
- (30) Cf. S. C., nn. 22, 1 e 41; C. D. n. 15; L. G. n. 26
- (31) Cf. S. C., n. 41
- (32) Cf. S. C., n. 22, 1; Instr. "Inter oecumenici", n. 22
- (33) Cf. S. C., nn. 45 e 46; "Inter oecumenici", n. 47
- (34) Cf. S. C., n. 22, 2
- (35) Cf. S. C., n. 40
- (36) Cf. S. C., nn. 15 e 16 e 44
- (37) Cf. S. C., n. 23
- (38) Cf. S. C., nn. 46 e 119
- (39) Cf. S. C., n. 126, 127 e 129
- (40) Cf. S. C., n. 59
- (41) Cf. S. C., n. 35, 4
- (42) Cf. S. C., n. 13

EDITAIS DE PROCLAMAS

CARTÓRIO "CONCEIÇÃO"

Faço saber que pretendem casar perante a Lei Civil: PAULO CESAR DE MELLO e GUIOMAR OLÍMPIO DA SILVA. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Alfenas, Minas Gerais, nascido em 17 de setembro de 1946, operador, residente à Rua Antonia Maria Brandão, 550, do 2.º subdistrito local, filho de Ernestino Gomes de Mello e Carmen Almeida de Mello. Ela, solteira, brasileira, natural de Botelhos, Minas Gerais, nascida em 14 de outubro de 1949, p. domésticas, residente à R. Comendador Pompeu de Camargo, 198, deste subdistrito, filha de Miguel Olímpio da Silva e Alcídia de Melo. Campinas, 21 de setembro de 1968. O Oficial, Affonso Sanches Carneiro.

DR. JOSÉ GUSTAVO MACEDO SOARES BUSCH e LIVIA MARTINONI. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Limeira, deste Estado, nascido em 19 de fevereiro de 1935, advogado, residente em São Paulo, Capital, à Alameda Lorena, 799, filho de João Kuntz Busch e Mercedes Macedo Soares Busch. Ela, solteira, natural da Itália, brasileira naturalizada, nascida em 16 de maio de 1936, recepcionista, residente à R. Joaquim Novais, 77, deste subdistrito, filha de Astolfo Martinoni e Albione Irma. Campinas, 21 de setembro de 1968. O Oficial, Affonso Sanches Carneiro.

ITALO NUTINI e MARIA APARECIDA SILVA. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Muzambinho, Minas Gerais, nascido em 5 de setembro de 1946, vendedor, residente à Av. Nossa Senhora de Fátima, 769, deste subdistrito, filho de Remi Nutini e Eulina Machado Nutini. Ela, solteira, brasileira, natural de Monte Santo, Minas Gerais, nascida em 13 de janeiro de 1943, comerciária, residente na Fazenda Mato Dentro, deste subdistrito, filha de José João da Silva e Rita Aparecida. Campinas, 21 de setembro de 1968. O Oficial, Affonso Sanches Carneiro.

IVO JOSÉ GUERNELLI e ELIDIA ANTONIA BUCCIOLLI. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Campinas, 1.º subdistrito, nascido em 19 de maio de 1941, industrial, residente à R. Ataliba de Camargo de Andrade, 220, deste subdistrito, filho de Enzo Guernelli e Joana Mafalda Gardini Guernelli. Ela, solteira, brasileira, natural de Campinas, 3.º subdistrito, nascida em 13 de outubro de 1942, p. domésticas, residente à R. Frei José do Monte Carmelo, 922, deste subdistrito, filha de João Buccioli, falecido e Anunciata Nicastro. Campinas, 21 de setembro de 1968. O Oficial, Affonso Sanches Carneiro.

WILSON BIONDI e MARIA DO CARMO NOGUEIRA. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Campinas, 1.º subdistrito, nascido em 28 de setembro de 1932, contador, residente à R. Frei José do Monte Carmelo, 100, deste subdistrito, filho de Antonio Biondi e Rosa de Lucca Biondi, falecidos. Ela, solteira, brasileira, natural de Terra Roxa, deste Estado, nascida em 15 de janeiro de 1944, escriturária, residente à R. Alvares Machado, 524, do 3.º subdistrito local, filha de João Baptista Nogueira e Isolina Rosetto No-

gueira. Campinas, 18 de setembro de 1968. O Oficial maior, Rosinha Proto Carneiro.

CLAUDIO ELIAS e MARIA GABRIELA DA SILVA. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Pongal, deste Estado, nascido em 24 de maio de 1947, operador, residente à R. Alai-de Nascimento de Lemos, 47, deste subdistrito, filho de Adolfo Elias e Eunice Gomes. Ela, solteira, brasileira, natural de Carmo do Rio Claro, Minas Gerais, nascida em 4 de setembro de 1947, p. domésticas, residente à R. Alai-de Nascimento de Lemos, 47, deste subdistrito, filha de João Ferreira da Silva e Conceição Maria da Silva. Campinas, 17 de setembro de 1968. O Oficial maior, Rosinha Proto Carneiro.

LUIZ FRANCISCO FALIVENI e MARLI ARANHA. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Campinas, 2.º subdistrito, nascido em 11 de novembro de 1941, escriturário, residente à R. Maria Monteiro, 900, deste subdistrito, filho de Arnaldo Faliveni e Elvira Grego Faliveni, falecidos. Ela, solteira, brasileira, natural de Santos, deste Estado, nascida em 31 de julho de 1944, p. domésticas, residente à R. Arnaldo Barreto, 931, 3.º subdistrito local, filha de José Aranha e Jacira Aranha. Campinas, 17 de setembro de 1968. O Oficial maior, Rosinha Proto Carneiro.

ADILSON ALVES SANTIAGO DA SILVA e DALVA BENATTI. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Campinas, 2.º subdistrito, nascido em 18 de outubro de 1943, escriturário, residente à R. Luzitana, 1595, deste subdistrito, filho de Virgílio da Silva e Dalva da Silva. Ela, solteira, brasileira, natural de Campinas, 2.º subdistrito, nascida em 19 de maio de 1943, aux. de escritório, residente à Rua Castro Mendes, 95, deste subdistrito, filha de Emílio Benatti e Regina Borin. Campinas, 17 de setembro de 1968. O Oficial maior, Rosinha Proto Carneiro.

FERNANDO MAGGI e RUTE KLNPELDES. Ele, viúvo, brasileiro, natural de Campinas, nascido em 27 de julho de 1941, comerciante, residente à R. Bueno de Miranda, 89, 3.º subdistrito local, filho de Mário Maggi e Palmira Maggi. Ela, solteira, brasileira, natural de Campinas, 1.º subdistrito, nascida em 14 de junho de 1944, telefonista, residente à Rua Inspetor Joaquim Atencio, 120, deste subdistrito, filha de Orlando Klnpeldes e Odete Aparecida de Oliveira Klnpeldes. Campinas, 17 de setembro de 1968. O Oficial maior, Rosinha Proto Carneiro.

PAULO MARTINS e REGINA MANOEL. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Pereira, deste Estado, nascido em 21 de janeiro de 1943, mecânico eletricitista, residente à Avenida Um s/n.o, Jardim Conceição, deste subdistrito, filho de Amadeu Martins e Amabile Iope. Ela, solteira, brasileira, natural de Ouro Fino, Minas Gerais, nascida em 6 de janeiro de 1946, p. domésticas, residente à R. Antonio Lapa, 518, deste subdistrito, filha de João Manoel e Ernestina Damasio Manoel, falecidos. Campinas, 17 de setembro de 1968. O Oficial maior, Rosinha Proto Carneiro.

CÂNDIDO DE BRITTO e NEUSA BECK. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Macuco, deste Estado, nascido em 6 de maio de 1938, enfermeiro, residente à Rua Antonio Cesarino, 453, deste subdistrito, filho de José Cândido de Britto e Urzolina de Britto, falecidos. Ela, solteira, brasileira, natural de Campinas, 3.º subdistrito, nascida em 15 de maio de 1942, enfermeira, residente à Rua 6 n.º 170, Vila Georgina, do 3.º subdistrito local, filha de Julio Beck, falecido e Ana Beck. Campinas, 16 de setembro de 1968. O Oficial, Affonso Sanches Carneiro.

AYTHE DE CAMPOS e LUCILA BURGER. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Campinas, 1.º subdistrito, nascido em 27 de fevereiro de 1938, comerciante, residente à R. Pedro Alvares Cabral, 159, do 3.º subdistrito local, filho de Arah de Campos e Juvercina Rodrigues de Campos. Ela, solteira, brasileira, natural de Americana, deste Estado, nascida em 4 de maio de 1942, p. domésticas, residente à R. Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, 595, deste subdistrito, filha de Basílio Burger e Adelia Gaio-la Burger. Campinas, 16 de setembro de 1968. O Oficial, Affonso Sanches Carneiro.

ANTONIO ZEFERINO e MARIA AUGUSTA DE SOUSA. Ele, solteiro, brasileiro, natural de Mogi Guaçu, deste Estado, nascida em 16 de março de 1944, encanador, residente à R. Maestro José Troiano, 122, 3.º subdistrito local, filho de Joaquim Zeferino e Sebastiana Honório, falecida. Ela, solteira, brasileira, natural de Campinas, 2.º subdistrito, nascida em 10 de junho de 1946, cabeleireira, residente à Rua do Professor, 690, deste subdistrito, filha de Antonio de Sousa e Adelina de Luca, sendo ele, falecido. Apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 180 do Código Civil Brasileiro nos I, II e IV. Se alguém souber de algum impedimento legal, queira acusá-lo. Campinas, 16 de setembro de 1968. O Oficial, Affonso Sanches Carneiro.

CARTÓRIO "SANTA CRUZ"

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo art. 180, nos 1, 2 e 4 do Código Civil: JURANDIR MARTINS e NEUSA HELENA MARANGONI, sendo o pretendente nascido em Douradinho, Minas Gerais, aos 20 de julho de 1943, profissão ajustador mecânico, estado civil solteiro, domiciliado neste subdistrito, à R. Governador Pedro de Toledo, 2100, filho de João Antenor Martins e Albertina Domingues Martins, e a pretendente nascida em Pedregulho, São Paulo, aos 22 de março de 1945, profissão industrial, estado civil solteira, domiciliada neste subdistrito, à R. Governador Pedro de Toledo, filha de João Marangoni e Maria das Dores Marangoni. Campinas, 2.º subdistrito, 16 de setembro de 1968. O Oficial, Luiz Spinola de Melo.

JOAO LOPES FILHO e TEREZA MUNHOZ GONÇALES, sendo o pretendente nascido em Prainha, (hoje Miracatú), S.P., aos 25 de junho de 1937, profissão borracheiro, estado civil solteiro,

domiciliado neste subdistrito, no Jardim Bandeirantes, filho de João Lopes de Carvalho e Magdalena Dias Lopes, e a pretendente nascida em Vera Cruz, S.P., aos 21 de dezembro de 1933, profissão p. domésticas, estado civil solteira, domiciliada neste subdistrito, no Jardim Bandeirantes, filha de Valeriano Munhoz e Antonia Gonçalves. Campinas, 2.º subdistrito, 17 de setembro de 1968. O Oficial, Luiz Spinola de Melo.

APARECIDO MARCELINO MACHADO e ANTONIA APARECIDA MAURI, sendo o pretendente nascido em Itapira, deste Estado, aos 14 de julho de 1943, profissão funcionário público, estado civil solteiro, domiciliado neste subdistrito, à R. Gil Vicente, 464, Parque Taquaral, filho de João Marcelino Machado e Maria Santini, e a pretendente nascida em Campinas, aos 15 de fevereiro de 1952, profissão p. domésticas, estado civil solteiro, domiciliada neste subdistrito, à R. Roberto Teixeira dos Santos, 161, filha de José Mauri e Rosina Pirocci Mauri. Campinas, 2.º subdistrito, 17 de setembro de 1968. O Oficial, Luiz Spinola de Melo.

DR. GERALDO ANTONIO CARMO MATARAZZO e ELIZABETH THOMÉ DE ALMEIDA PUPO, sendo o pretendente nascido em S. Paulo, Capital, 5.º subdistrito, aos 29 de julho de 1931, profissão engenheiro mecânico, estado civil solteiro, domiciliado em S. Paulo, Capital, R. Chavantes, 175, 1.º andar, filho de Raphael Matarazzo e Maria Verruso Matarazzo, e a pretendente nascida em S. Paulo, Capital, 12.º subd., aos 25 de dezembro de 1944, profissão professora, estado civil solteira, domiciliada neste sub., à Av. Barão de Itapura, 709, filha de Theodoro de Almeida Pupo e Maria Luiza Thomé de Almeida Pupo. Se alguém souber de algum impedimento oponha-o na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em Cartório e publicado pela "A Tribuna", com cópia para S. Paulo, Capital. Campinas, 2.º subdistrito, 23 de setembro de 1968. O Oficial, Luiz Spinola de Melo.

Documento 9

(Conclusão da pág. 9)

- (8) Cf. L. G., n. 1; S. C. n. 47
- (9) "Parece-nos oportuno chamar a atenção a este respeito sobre dois pontos doutrinários: o primeiro é a dependência da caridade para com o próximo da caridade para com Deus. Conheceis os ataques que sofre em nossos dias, esta doutrina de claríssima e inepugnável derivação evangélica..." (Discurso de Paulo VI na inauguração da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Bogotá, 24 de setembro de 1968).
- (10) Cf. Ef. 1,5. 12.14; S. C. n. 7
- (11) Cf. Rom. 3, 23; cf. também S. C., n. 10
- (12) Cf. Filip. 2,5
- (13) P. O., n. 6
- (14) G. S., n. 43
- (15) Cf. ibid., n. 47
- (16) Cf. S. C., n. M2
- (17) Sobre o sentido bíblico de "glória", pode-se ver essa palavra no "Vocabulário de Teologia Bíblica", Ed. Herder.
- (18) Cf. S. C., n. 33
- (19) Cf. S. C., n. 41
- (20) Cf. P. D., n. 6; S. C. nn. 26 e 27
- (21) Cf. S. C., nn. 5 e 6
- (22) Cf. S. C., n. 2; A. G., n. 15
- (23) Cf. S. C., nn. 11, 12 e 48; G. S., n. 43. "Associar o povo de Deus à celebração hie-

Meios de Comunicação Social

1. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

1.1. A Comunicação Social é hoje uma das principais dimensões da humanidade. Ela inaugurou uma nova época e produz um impacto que aumenta na medida em que avançam os satélites, a eletrônica e a ciência em geral.

Os Meios de Comunicação Social (MCS) abrangem a pessoa na sua totalidade. Plasmam o homem e a sociedade e tomam cada vez mais seu tempo livre. Forjam uma nova cultura, produto da civilização audio-visual, que, se por um lado tende a massificar o homem, por outro favorece sua personalização. Esta nova cultura, pela primeira vez, se põe ao alcance de todos, alfabetizados ou não, fato que não acontecia com a cultura tradicional, que favorecia apenas uma minoria.

1.1.1. De outra parte, aproximam homens e povos, convertendo-os em próximos e solidários, contribuindo desta forma para o fenômeno da socialização (cf. M.M. 59), uma das conquistas da época moderna.

1.2 Na América Latina os MCS representam um dos fatores que mais têm contribuído e contribuem para despertar a consciência das grandes massas sobre suas condições de vida, suscitando aspirações e exigências de transformações radicais. Ainda que de forma incipiente, vêm atuando, também, como agentes positivos de mudanças através da educação de base, programas de formação e opinião pública etc.

1.2.1. Todavia, muitos destes meios estão vinculados a grupos econômicos e políticos, nacionais e estrangeiros, interessados na preservação do "status quo" social.

1.3. A Igreja empreendeu uma série de iniciativas neste campo. Se algumas delas não chegaram à sua finalidade pastoral, deveu-se acima de tudo à falta de uma visão clara do que representa a comunicação social em si mesma e ao desconhecimento das condições que impõem seu uso.

2. JUSTIFICAÇÕES

2.1. A Igreja universal acolhe e incentiva os maravilhosos inventos da técnica que retratam principalmente o espírito humano e têm aberto novos caminhos à comunicação entre os homens, a exemplo da imprensa, do cinema, rádio, televisão, teatro, discos etc. (cf. I. M. 1).

Também na América Latina a Igreja recebe auspiciosa ajuda providencial destes meios, com confiada esperança de que eles contribuirão cada vez mais para a promoção humana e cristã do continente.

2.2. Os MCS são essenciais para sensibilizar a opinião pública no indispensável processo de transformação da América Latina; ajudar a desencadeá-lo; impulsionar os centros de poder que inspiram os planos de desenvolvimento, a fim de orientá-los segundo as exigências do bem comum; divulgar ditos planos e promover a participação ativa de toda a sociedade em sua execução, especialmente as classes dirigentes.

2.3. De igual maneira, os MCS se convertem em agentes ativos do processo de transformação, quando se colocam ao serviço de uma autêntica educação integral capaz de desenvolver o homem todo, capacitando-o a ser o artífice de sua própria promoção; bem como se aplicam à evangelização e ao crescimento da fé.

2.3.1. De outra parte, não se pode ignorar que o uso dos MCS ocupa cada vez mais o tempo livre de todas as categorias de pessoas que buscam neles um esparecimento. Este uso lhes proporciona ao mesmo tempo informação, conhecimentos e influências morais positivas e negativas.

2.4. No mundo de hoje a Igreja não pode cumprir com a missão que Cristo lhe confiou de levar a Boa Nova "até os confins da terra", se não emprega os MCS, únicos capazes de chegar efetivamente a todos os homens.

2.4.1. A palavra é o veículo normal da fé: "Fides ex auditu" (Rom. 10,17). Em nossos tempos a "palavra" tam-

bém compreende a imagem, as cores e os sons, adquirindo formas variadas através dos diversos MCS. Ademais, os MCS, assim compreendidos, são um imperativo dos tempos presentes para que a Igreja realize sua missão evangelizadora (Mt. 28,26).

2.5. Finalmente, a comunicação social é para a Igreja o meio de apresentar a este continente uma imagem mais exata e fiel de si mesma, transmitindo ao grande público não apenas notícias relativas aos acontecimentos da vida eclesial e suas atividades, mas, sobretudo, interpretando os fatos à luz do pensamento cristão.

2.6. Por todas estas razões, é que o Decreto "Inter Mirifica" concita a todos os filhos da Igreja para que utilizem os MCS eficazmente, sem a menor dilatação e com o máximo empenho. E, "aos pastores consagrados para que cumpram sua missão neste campo, intimamente ligada ao seu dever ordinário de pregar", (cf. I. M. 3).

3. RECOMENDAÇÕES PASTORAIS

3.1. O influxo sempre crescente e esmagador que a comunicação social exerce em toda a vida do homem moderno força a Igreja a estar presente neste campo, com uma pastoral dinâmica que abarque todos os setores deste amplo mundo.

3.2. Reconhecendo o direito da Igreja de possuir meios próprios, que em alguns casos são necessários a ela, faz-se indispensável um requisito para justificar essa posse: não apenas contar com uma organização que garanta sua eficácia profissional, econômica e administrativa, mas sobretudo que preste um serviço real à comunidade.

3.3. A inserção dos cristãos no mundo de hoje obriga a que estes trabalhem nos MCS alheios à Igreja segundo o espírito de diálogo e serviço que assinala a Constituição "Gaudium et Spes". O profissional católico, chamado a ser fermento na massa, cumprirá melhor sua missão se se integrar nesses meios para ampliar os contatos entre a Igreja e o mundo, da mesma forma para contribuir na transformação deste.

3.4. Dada a dimensão social destes meios e a escassez de pessoal habilitado para neles atuar, urge suscitar e promover vocações no campo da comunicação social, especialmente entre os seculares.

3.5. Este pessoal deve receber uma adequada formação apostólica e profissional, de acordo com os diversos níveis e categorias de suas funções; dita formação deve incluir tanto conhecimentos teológicos, como sociológicos e antropológicos que exigem as realidades continentais.

3.6. O trabalho de formação, no que se refere aos usuários da comunicação social, se estenderá às pessoas de todas as condições sociais, e de modo particular aos jovens, para que a conheçam, valorizem e apreciem como um dos mais fundamentais pelos quais se expressa o mundo contemporâneo, desenvolvendo seu sentido crítico e sua capacidade de tomar responsávelmente suas próprias decisões.

É conveniente, pois, que esta capacitação comece desde os níveis inferiores do ensino e também esteja incluída na catequese (cf. I. M. 16).

3.7. Em virtude do caráter de ministros da "Palavra" e de educadores do Povo de Deus, é igualmente necessário que se ofereçam aos bispos, sacerdotes e religiosos de ambos os sexos, cursos que os capacitem do significado da comunicação social e das condições que regem sua utilização. Esta formação deve ser matéria de estudo sistemático nos Seminários e Casas de Formação religiosa (cf. I. M. 15).

3.7.1. Devido à importância que a Igreja concede aos MCS, pedimos aos superiores eclesiásticos que facilitem a capacitação e dedicação de sacerdotes, religiosos e religiosas à tarefa específica da formação, assessoria e inspiração das obras apostólicas relacionadas com este campo.

3.8. Aos estudiosos e intelectuais, especialmente às seções especializadas das Universidades e Institutos de MCS, pedimos que aprofundem o estudo do fenômeno da comunicação social, sob seus diversos aspectos — entre os quais, a Teologia da Comunicação — a fim de especificar cada vez mais as dimensões desta nova cultura e suas projeções futuras. De igual maneira, solicitamos a eles promover e utilizar todo tipo de investigações que ensine a melhor adaptar os MCS à uma mais efetiva promoção das distintas comunidades.

3.9. O material adaptado às variadas culturas locais (p.e.: artigos de imprensa, emissões radiofônicas e televisadas, etc.) deve ser orientado para a promoção dos valores autóctones e que possam ser recebidos adequadamente pelos destinatários.

3.10. Para os objetivos específicos da Igreja, entre outras coisas, é necessário que se criem e fortaleçam em cada país da América Latina, Escritórios Nacionais de Imprensa, Cinema, Rádio e Televisão, com a autonomia que requer seu trabalho e com a eficiente coordenação entre os mesmos.

3.11. Estes Escritórios devem manter uma estreita relação com os organismos continentais: ULAPC, UNDAAL e SAL-OCIC. Da mesma forma, ditos organismos devem prestar toda sua colaboração ao Departamento de Comunicação Social do CELAM, para estruturar planos ao nível latino-americano e promover sua execução.

3.12. É indispensável favorecer o diálogo sincero e eficaz entre a hierarquia e todos aqueles que trabalham nos MCS. Este diálogo também deve ser mantido com os que atuam nas estruturas próprias da Igreja com o propósito de estimular-lhes e orientar-lhes pastoralmente.

3.13. Esta atitude da abertura vem de encontro à necessária liberdade de expressão, indispensável dentro da Igreja, conforme o espírito da "Gaudium et Spes", n.º 92: "A Igreja... se converte ao diálogo sincero, o qual, em primeiro lugar, requer que se promova no seio da Igreja uma mútua estima, respeito e concordância. Reconhecendo todas as legítimas diversidades para abrir, com fecundidade sempre crescente, o diálogo entre todos os que integram o único Povo de Deus, tanto os pastores como os demais fiéis. Os laços de união entre os fiéis são muito mais fortes que os motivos de divisão entre eles. Haja unidade no necessário, liberdade no duvidoso e caridade em tudo".

3.14. A Assembléia lembra aos Episcopados Nacionais a disposição do Decreto "Inter Mirifica", que em seu n.º 18, sobre a celebração do Dia Mundial da Comunicação Social, oferece uma oportunidade excepcional para ensinar aos fiéis a transcendência da mesma na vida do homem e da sociedade.

3.15. As observações e orientações pastorais que mencionamos, põem em relevo a importância que hoje ocupam os MCS; sem eles não se poderá obter a promoção do homem latino-americano e as necessárias transformações do Continente. Assim, de todo o exposto, se infere não apenas sua utilidade e conveniência, mas sobretudo a necessidade absoluta de empregá-los, em todos os níveis e em todas as formas, na ação pastoral da Igreja, a fim de que consiga os fins a que esta Assembléia se propôs.

EVANGELHO DOMINICAL

17.º DOMINGO DEPOIS DE PENTECOSTES

"Naquêle tempo, os fariseus, vendo que Jesus fizera emudecer os saduceus, juntaram-se em torno dele. E um deles, doutor da lei, perguntou-lhe, tentando-o: "Mestre, qual é o mandamento maior da Lei?" Ele lhe disse: "Amarás o Senhor teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente. O segundo é semelhante a este: Amarás o próximo como a ti mesmo. Destes dois preceitos dependem toda a Lei e os Profetas. Reunidos os fariseus, perguntou-lhes Jesus: "Que pensais do Cristo? De quem é Ele filho?" Disseram-lhe: "De Davi". Replicou-lhes Ele: "Ora, como então Davi, em espírito o chama de Senhor, dizendo: Disse o Senhor a meu Senhor, senta-te à minha direita até que eu ponha teus inimigos por escabelo de teus pés?" Se, pois, Davi o chama de Senhor, como é seu filho?" E ninguém podia responder-lhe palavra, nem ninguém, desde essa ocasião, ousou mais perguntar-lhe capciosamente".

(MAT. XXII, 34-46)

COMENTÁRIO

Mais uma vez, a recordação do grande mandamento: o do amor sobrenatural a Deus e ao próximo. Tema constante na pregação de Cristo, de tal fato transparece a dificuldade da vida fraterna. Há uma conspiração interna e externa contra a fraternidade: nosso egoísmo e o egoísmo dos que convivem conosco. Somente com muito esforço e graça de Deus é possível vivermos em respeito, doação e sacrifícios mútuos.

SOCIAIS DO CLERO

ANIVERSARIANTES — Setembro

Dia 29 — Pe. Antonio Teixeira Filho, DD. Pároco da Imaculada, S. Bernardo, Campinas.

ORDENAÇÃO SACERDOTAL — Setembro

Dia 29 — Pe. João Rodrigues, DD. Pároco de Santa Catarina, em Americana.

ANIVERSARIANTES — Outubro

Dia 9 — Cgo. Carlos Menegazzi, DD. Pároco do Sagrado Coração, Botafogo, Campinas.

Dia 10 — Cgo. Cyriaco S. Pires, DD. Pároco de Monte-Mór.

Dia 11 — Pe. Francisco Cabral de Vasconcelos, DD. Pároco de Santa Rita, Indaiatuba.

ORDENAÇÃO SACERDOTAL — Outubro

Dia 7 — Cgo. Amaury Castanho, DD. Reitor do Templo Votivo ao SSmo. Sacramento e Redator Chefe d'A Tribuna.

Homenageados os Jubilandos

No dia 17 p.p. em almôço íntimo, o Sr. Arcebispo Metropolitano, Dom Paulo de Tarso Campos, homenageou os jubilandos do clero da Arquidiocese, na residência episcopal.

Estiveram presentes além de S. Excia. Revma., de Dom Antônio Maria Alves de Siqueira e de Dom Idílio José Soares, os seguintes homenageados: Cgo. Euclides Senna, Cgo. Antônio Rocco, Pe. Ângelo Marighetto, Pe. Alcício Adami e Pe. José Del Monaco, salesiano.

Por motivo de saúde estiveram ausentes os Srs. Cgo. Francisco de Campos Machado e Pe. Santo Armelin, que completaram 50 anos de sacerdócio.

Oportunamente, retornaremos com novas informações sobre as festas jubilares desses benquistos sacerdotes que durante longos anos vêm se consumindo na seara do Senhor.

Templo Votivo Ganha Comunidade de Irmãs

Domingo, dia 29, o Exmo. Senhor Dom Antonio Maria Alves de Siqueira abençoará, no Templo Votivo ao SSmo. Sacramento, as acomodações de mais uma comunidade de religiosas Missionárias de Jesus Crucificado. As 18,00 hs., S. Excia. presidirá a celebração da Palavra e dará a bênção ao SSmo. Sacramento, aos fiéis presentes.

Com a inauguração dessa casa religiosa, a obra do Templo Votivo atinge a estruturação que Dom Paulo de Tarso Campos, seu idealizador e realizador, entendeu ser a melhor. Levantado o Templo, construção digna, discreta e funcional, como convém a tal obra, S. Excia. deu-lhe um Capelão na pessoa do Sr. Cgo. Amaury Castanho e agora uma comunidade de religiosas, inteiramente devotadas ao culto e apostolado eucarísticos.

Desde 1942 a Obra da Adoração Perpétua, instalada, provisoriamente, na Igreja Catedral e do Carmo, tinha à sua frente a Ir. Sade Quedi, MJC. Agora, atendendo a apêlo do Sr. Arcebispo Metropolitano, a Madre Geral do Instituto decidiu constituir essa nova comunidade de Irmãs que devotar-se-ão, completamente, às altas finalidades do Templo Votivo. A frente da casa estará a Madre Fabíola Ferreira.

Logo nos primeiros dias de outubro, em reuniões de que deverão participar o Capelão, as Irmãs e numeroso grupo de integrantes da comunidade eucarística do Templo Votivo ao SSmo. Sacramento, será traçado todo o plano de atividades da Obra da Adoração Perpétua de Campinas, destinada a tornar-se um dos mais ativos centros de espiritualidade da cidade.

DE SERRA NEGRA

A Congregação Mariana e Pia União das Filhas de Maria de Serra Negra — Paróquia de N. Sra. do Rosário — excursionaram, a 15 p.p., à cidade de Pirassununga. Depois da Santa Missa Comunitária, às 11 hs., os excursionistas participaram de uma "peixada", visitaram o campo da Aeronáutica e retornaram a Serra Negra.

Do Correspondente — Sr. Hugo Scachetti

Jubileu de Prata

As Irmãs Dominicanas do Colégio "Nossa Senhora do Amparo", de Amparo, cumprem o grato dever de participar a todas as pessoas amigas que no dia 3 de outubro próximo, ocorrerá o Jubileu de Prata de profissão religiosa da sua Superiora, Revda. Madre Maria do Carmo Rossi.

A Revda. Madre Maria do Carmo é natural de Amparo.

Ingressou na Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena no ano de 1941. Emitiu os votos na Capela do Colégio "Nossa Senhora do Amparo", aos 3 de outubro de 1943.

Desde esse ano, pertenceu, como membro ativo, a várias comunidades religiosas: Campinas, Borda da Mata, Limeira, São Paulo e finalmente Amparo, onde exerceu por vários anos o cargo de Economa, o de Sub-Prioreza. Presentemente exerce o de Prioreza.

Saudando-a muito cordialmente, as Irmãs Dominicanas servem-se desta grata oportunidade para de público, apresentar à sua digna Superiora os mais vivos agradecimentos pelo muito que lhes tem feito e pedem a Deus que a cubra de bênçãos e a conserve por muitos anos trabalhando frutuosa e na sua grande messe.

Amparo, Setembro de 1968.

ESPECIALISTA EM MÓVEIS PARA IGREJAS e ESCOLAS Ind. e Com. de Móveis I COMO F. SOARES

Rua Antonio Lapa, 614 Fone 8-4741 — Campinas Em São Paulo: C. P. 52

Empresa Jornalística A Tribuna Ltda.

A TRIBUNA

Redator Chefe

CGO. AMAURY CASTANHO

Redação

Av. Francisco Glicério, 957, 8.º andar, Conj. 81

Fone 9-5166 — Campinas — S. Paulo



Salazar, e seu Governo

DR. DALMO BELFORT DE MATTOS
Direitos d' "A TRIBUNA"

A 16 de setembro, o Primeiro Ministro português, Oliveira Salazar, entrou em estado de coma. Após setenta e três anos de idade, quarenta e seis de governo, assinalam os jornais. Trata-se de uma figura das mais controvertidas, na história contemporânea. Salvador da Pátria, para António Ferro; pugnaz cruzado contra as "Forças Secretas da Revolução", conforme Léon de Poncins; ditador fascista segundo afirmam seus adversários políticos, ele se diz apenas Chefe do Governo de Portugal. E deixa a um militar (general ou almirante) o exercício nominal da Chefia do Estado.

Tudo se passa, em tese, como se funcionasse em Lisboa uma República Parlamentarista. Lá se nos depara uma dupla liderança constitucional. Um Presidente, qual simples encarnação da soberania lusa, e um "prémier", cabeça suprema da Administração. Algo que lembraria a III.ª ou a IV.ª Repúblicas francesas. Que sugeriria um símile com o constitucionalismo britânico, em que a Rainha reina, mas não governa. Ou, mesmo, paradoxalmente, recordaria a União Soviética, com apagados Presidentes militares, cuja única função é, na realidade, receber os novos diplomatas. E presidir, fastidiosamente, as comemorações de 1.º de maio.

A situação é outra, porém. Salazar não dirige apenas o Governo. Ele, na verdade, "rege, governa e administra". Concretiza o fator permanente de união, contraposto aos Presidentes cíclicos, simples expoentes das Forças Armadas. Ele se apresenta qual suporte vivo da tradição portuguesa. Descendente político dos Reis Absolutos, "avatar" moderníssimo do autoritarismo estatal, — como se fosse um D. Miguel, chamado anacrônicamente, a falar, por vezes, perante uma Assembléa Nacional, quase exclusivamente consultiva.

Tudo se iniciou, em 1926. Haviam já decorridos dezesseis anos, desde a deposição do Rei D. Manoel II.º. A República derrotara os movimentos contra-revolucionários dos "realistas". Vencera a invasão monarquista de Paiva Couceiro. Fôra, porém, incapaz de organizar o País. Falhara na tarefa de congregar o povo, em torno das instituições. Mostrara-se débil, entregue a "líderes" não exponenciais. Seus governantes raramente atingiam o término dos períodos presidenciais. Caiam vítimas de rebeliões ou de atentados. Capitulavam ante conspiratas. Não existia a paz interna. E o prestígio internacional da Nação Portuguesa decaía progressivamente. A unidade monetária, — outrora o "mil réis forte", — transmutava-se no "escuro", desvalorizado.

Ergueram-se, afinal, os militares, contra o Presidente Bernardino Machado. O Comandante Joaquim Mendes Cabeçadas alçou-se, em armas, na Capital. Gomes da Costa revoltou a guarnição de Braga. Era a 18.ª revolução, a eclodir nos três lustros de regime republicano. Derrubava-se o 40.º Ministério, constituído após a queda da Monarquia.

Vitoriosos, chamaram para sanear a moeda o Professor Antonio de Oliveira Salazar, Catedrático de Ciências das Finanças, na Universidade de Coimbra. O mestre acadêmico não foi, então, ouvido. Demitiu-se de suas funções governamentais. Mas, ante o caos econômico crescente, diante das exigências da S.D.N., que condicionava um empréstimo internacional ao estabelecimento do controle sobre o erário luso, — ele haveria de voltar, seis anos mais tarde. Aos 5 de julho de 1932, agora qual Primeiro Ministro e Chefe de Governo, sob a presidência nominal do General Carmona.

Originou-se, dest'arte, o Estado Novo Português. Expressão que Salazar tomou do monarquista Rolão Preto, e que foi, 5 anos mais tarde, imitada pelo Brasil. Portugal tornou-se um "Estado unitário e corporativo". O Presidente seria eleito por sete anos, e assistido por um Conselho de Estado. O Poder Legislativo bipartia-se: — uma Assembléa Nacional, de cunho político e funções deliberativas, e uma Câmara das Corporações, baseada na representação dos "grêmios e sindicatos", incumbida de assuntos econômicos e sociais. Considerada assessora da Assembléa (1). (Algo semelhante, entre nós, à estrutura sul-riograndense de 1935, declarada inconstitucional pelo S.T.F.).

Tal esquema aproximava-se dos moldes fascistas, então em voga. Salazar, porém, não se intitulou nem "Duce", à moda romana, nem "Führer", à nazista. Nem mesmo "conductor", tal como Antonescu, na România. Era líder, por certo, autoritário, porém não totalitário, dentro da Constituição de 1933 que jurara cumprir. Tinha, pela Democracia Liberal, a mesma opinião negativa, expressa por Mussolini e seus adeptos. Estava longe, porém, de invocar Hegel; não admitia a "síntese" política, qual a fusão dos "contraditórios": Capital e Trabalho. E, chamado a governar um Império colonial luso-africano, longe estava de preconizar o racismo, qual leit-motiv de seu esforço.

No setor econômico, a mesma ambiguidade se notava. Salazar desprezava a técnica moderna, à moda de Sismondi. Pensava ser ela um mal, para Estados economicamente débeis. Adotou, no entanto, o sistema planificado. Envolveu a produção nacional em prazos de 6 anos, rígidos, e de cúpula. (O terceiro, com vigên-

cia entre 1968 e 1973). Previu o crescimento anual de 7%, para o Produto Nacional Bruto. E concedeu ênfase especial às rodovias e à industrialização.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Esse regime bifronte sofreu ataques internos e externos. De uma parte, manifestou-se a oposição esquerdista, vencida, em última explosão em 1927, mas latente nas atividades de Delgado. De outra, a resistência monarco-conservadora, dividida entre os dois ramos da Casa de Bragança.

Externamente, o ponto nevrálgico ocorreu, durante o quinquênio da 2.ª Grande Guerra. Governo direitista, o salazarismo apoiara o advento de Franco, em Espanha. Formara, com ele, a "aliança ibérica". E alguns de seus Ministros eram apontados como simpatizantes do III.º Reich.

Hitler não nutria, porém, ilusões. Sabia que Portugal, embora neutro no conflito, ficara fiel, em espírito, à pluri-secular aliança britânica. Em 1941, o "Plano Felix", elaborado pelo Alto Comando Germânico, previa a conquista das ilhas lusas do Cabo Verde, como peça vital, para a Batalha do Atlântico. Entretanto, — graças sobretudo à atuação de Lord Eden, — a Inglaterra levou a melhor. E, em 1943, Salazar (então acumulando a pasta das Relações Exteriores) cedeu à "Home Fleet" a base dos Açores. Ponto vital para o combate aos submarinos alemães.

A sorte fôra lançada. A "Pax Britânica" parecera, ao Chefe do Governo luso, o mal menor. Embora obtida ao lado do beligerante russo, e de Roosevelt, o Presidente esquerdizante.

Desde então, a política lisboense procurou seguir, na Europa, a "British Guidance", preconizada por Churchill. Membro fundador da O.T.A.N., pertencente à O.N.U., a partir de 1955; aderente da D.E.C.D., desde seus primórdios, Portugal enfileira-se entre as Nações, amantes da Ordem e da Paz, frente à expansão marxista. Economicamente, aderiu à EFTA ("European Free Trade Area"), liderada pelo Reino Unido (2).

Tal atitude facilitou a conservação do domínio luso ultramarino: — os "Estados" de Angola, de São Tomé e Príncipe, de Moçambique e da Guiné, de Timor e Macau: — quer queiram, quer não, integrantes do maior Império Colonial hoje existente.

A situação portuguesa, porém, no mundo em mutação, apresenta um quadro pouco animador. Sua "balança de contas" perdura, deficitária. Ante a insurreição negra, fomentada pelo Malí, por Zâmbia, e pelo governo socialista da Tanzânia, mistér se lhe faz conservar, no Continente Africano, 120.000 soldados e recrutas, absorvendo 40% da receita nacional. E entretanto ali, — fiel ao conceito de integração pluri-racial, proclamado por Salazar, aos 13 de abril de 1966, que a Nação Lusa joga seu destino de potência colonizadora, missionária e cristianizante. Ou, como dizia, há dois anos, o Prof. Silva Cunha, Ministro das Províncias do Ultramar: —

"Só se fará obra válida e autêntica, se se tiver, incessantemente, presentes ao espírito os princípios, que sempre nortearam nossa política: igualdade de todos, quais membros de uma mesma Nação; ausência absoluta de qualquer política discriminatória; intransigência no cumprimento dos deveres que cabem a cada um, conforme as funções, que lhe são confiadas. Intolerância frente a todos os abusos". (3)

Salazar, no entanto, em 46 anos de governo, não preparou um substituto, à sua altura. É o problema por excelência, a ser enfrentado pelo País, caso desapareça o seu líder: escolher um substituto de alto gabarito, sem conflitos, nem revoluções. Essa tarefa incumbe constitucionalmente, ao Conselho de Estado, convocado, e, talvez, presidido, pelo Almirante Américo Thomaz, Chefe do País. A eles, mais que a ninguém, incumbirá a tarefa de conservar sua Pátria na órbita ocidental, anti-revolucionária. Missão tanto maior, quanto, ante o predomínio soviético no Mediterrâneo, o "IMBERLANT" (quartel general das forças navais da O.T.A.N., na região da costa africana) instalou suas novas sedes no litoral português,

"to insure the safety of the western approach to the Mediterranean". (4)

- (1) — Constituição Portuguesa de 1933, reformada aos 18/6/1959.
- (2) — Vide as estatísticas, insertas no relatório do "International Bank for Reconstruction and Development — Direction of Trade", abril, 1968, p. 160. Washington, D.C.
- (3) — Texto em francês, na Revista "Découvertes", Lisboa, julho/agosto de 1966, p. 41.
- (4) — Chapman, Robin, "Portugal", Britânica, Book of the Year, 1968.

Contribuição Brasileira à Conferência do CELAM

"Uma perfeita organização da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín (Colômbia), obteve o máximo rendimento da capacidade de seus participantes.

Pode-se dizer que se iniciou uma nova era na Igreja da América Latina e que o espírito eclesial e de colegialidade episcopal saiu fortalecido em nosso continente.

Contribuiu o Brasil para esse êxito, graças à sua delegação, em que se quis levar em conta também a representatividade das diversas regiões de nosso País.

O Brasil teve papel decisivo na preparação da Conferência e na elaboração de seu documento de estudos, principalmente pela atuação de Dom Avelar Brandão, Presidente do CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano), e de Dom Eugênio Sales, Presidente da Comissão de Ação Social, desde a reunião de Mar del Plata até o encontro de Itapua, em Salvador, na Bahia.

Acrescente-se também que, na Presidência da Comissão de Educação, esteve outro brasileiro, Dom Cândido Padim.

Dois relatores nossos, Padre Afonso Gregory, do CELAM e D. Eugênio Sales expuseram em plenário temas que foram debatidos em seminários e três outros brasileiros, D. Fernando Gomes, D. Vicente Scherer e o Sr. Cardeal Dom Agnelo Rossi presidiram as Comissões de "Meios de Comunicação Social", "Família e Demografia" e "Educação", aliás exatamente as três comissões que tiveram suas conclusões aprovadas unanimemente pela Assembléa.

Valiosa foi a contribuição de Mons. José Moss Tapajós e do Pe. José Marins na Comissão de Sacerdotes e brilhante foi a participação de Dom Lucas Moreira Neves no grupo da Família e Demografia e na entrevista concedida coletivamente à imprensa sobre esse assunto.

Dom Helder Câmara foi o prelado mais requisitado pelos jornalistas. Convidei-o a participar da entrevista coletiva, que presidi dia 29 de agosto, e Dom Helder reafirmou seu empenho pela "não-violência".

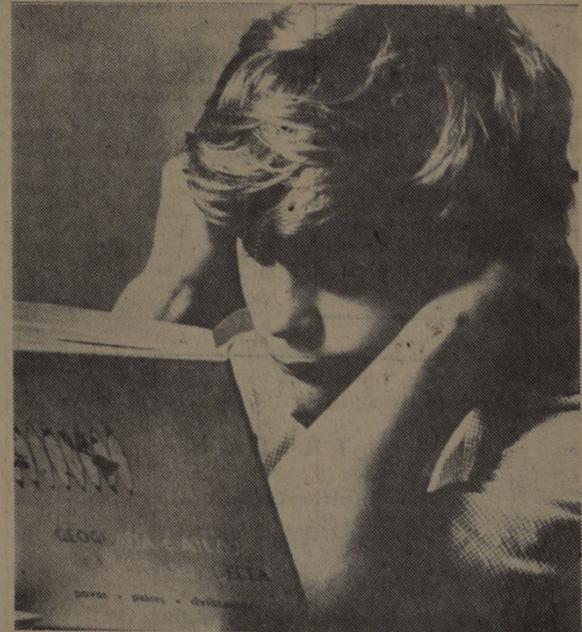
Houve notícias descontraídas a respeito da reunião de Medellín que não retratam o espírito de seriedade, trabalho e colaboração, reinante entre os participantes do encontro, de tal forma que até os mais entusiastas elementos do CELAM julgam que superou a expectativa.

Naturalmente, como advertiu D. Avelar Brandão, não se deve esperar milagres e a solução de todos os nossos problemas. Nem esta é a missão da Igreja. Mas daremos nossa contribuição, sempre dentro do espírito evangélico, para formar os homens, os principais artífices do desenvolvimento.

Estaremos unidos, nos vários países do continente preocupados e ocupados com a promoção integral do homem, animando e apoiando as iniciativas todas que venham trazer uma contribuição valiosa para o desenvolvimento e a integração de nossa América Latina.

É o que posso dizer, no momento, chegando de Medellín. Mas aconselho a todos que leiam as conclusões do encontro".

Agnelo Card. Rossi, Arc. de São Paulo
11/IX/68



Igreja pelos seus Pastores constrói mundo melhor para juventude da América.